

Boletim Informativo | n. 40 | ago. 2023

SITUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO



Coordenação-Geral de
Planejamento no SUS | CGPS

Coordenação da Gestão dos Instrumentos de
Planejamento no SUS | COGINP

DEPARTAMENTO DE GESTÃO
INTERFEDERATIVA E PARTICIPATIVA | DGIP

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Sumário

Resultados relativos ao Plano de Saúde	5
Resultados relativos à Programação Anual de Saúde (PAS)	7
Resultados relativos ao Relatório Anual de Gestão (RAG).....	12
Resultados relativos ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA)	17
Referências	38

APRESENTAÇÃO

O planejamento no Sistema Único de Saúde é uma função gestora que, além de requisito legal, é um dos mecanismos relevantes para assegurar a unicidade e os princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS). Expressa as responsabilidades dos gestores de cada esfera de governo em relação à saúde da população do território quanto à integração da organização sistêmica (BRASIL; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2016).

Conforme prevê a legislação, os instrumentos de planejamento do SUS são: plano de saúde, programação anual de saúde e os relatórios de gestão.

O plano de saúde (PS) é o instrumento central da coordenação do sistema de saúde e no qual devem estar expressos as responsabilidades sanitárias e os compromissos da gestão com as necessidades da população, bem como as situações de cooperação com os demais atores que atuam no território para a gestão e o financiamento das ações e serviços de saúde no território, no âmbito de cada esfera da gestão do SUS para o período de quatro anos.

A programação anual de saúde (PAS) é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no PS e tem por objetivo a anualização das metas desse plano e previsão da alocação dos recursos orçamentários a serem executados.

O relatório detalhado do quadrimestre anterior (RDQA) é um instrumento de monitoramento e acompanhamento da execução da PAS.

Por sua vez, o relatório anual de gestão (RAG) apresenta os resultados alcançados com a execução da PAS ao final do exercício e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no PS.

De acordo com o artigo 22 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, para receberem recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), os municípios, os estados e o Distrito Federal deverão possuir plano de saúde, conselho de saúde e fundo de saúde.

O **DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento (DGMP)** é um sistema utilizado pelos estados, Distrito Federal e municípios, para registro de informações e documentos relativos ao plano de saúde e à PAS, bem como para a elaboração do RDQA e do RAG referentes ao ano de 2018 em diante. Por meio do sistema, os relatórios de gestão são enviados para análise e manifestação do Conselho de Saúde.

Para fins de monitoramento, este boletim apresenta mensalmente a situação de elaboração, entrega e apreciação dos instrumentos de planejamento para os entes subnacionais (estados, Distrito Federal e municípios), com base nos dados coletados no DGMP.

ISSN 2764-4286

2023 Ministério da Saúde.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: bvms.saude.gov.br

*Elaboração, distribuição e informações:***MINISTÉRIO DA SAÚDE**

Secretaria-Executiva
Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa
Coordenação Geral de Planejamento no SUS/Coordenação de Gestão dos Instrumentos de Planejamento no SUS
Esplanada dos Ministérios, bloco G, Edifício Sede
CEP: 70058-900 – Brasília/DF
Tel.: (61) 3315-3442
E-mail: coginp@saude.gov.br
Site: www.gov.br/saude

Coordenação:

Rui Leandro da Silva Santos

Elaboração:

Dorian Chim Smarzaró

Colaboração:

Fabiano Messias da Silva
Henrique Flávio de Souza
Jardênia Marçal Rosa
Luiza Maria Pereira Schaidt
Rochelle Patrícia Ferraz de Souza

SOBRE OS STATUS NOS GRÁFICOS

Neste boletim, os *status* apresentados nos gráficos referem-se às situações dos instrumentos de planeamento quanto à sua elaboração, encaminhamento e apreciação nos respectivos Conselhos de Saúde (CS). O infográfico a seguir apresenta os significados referentes a cada *status*.

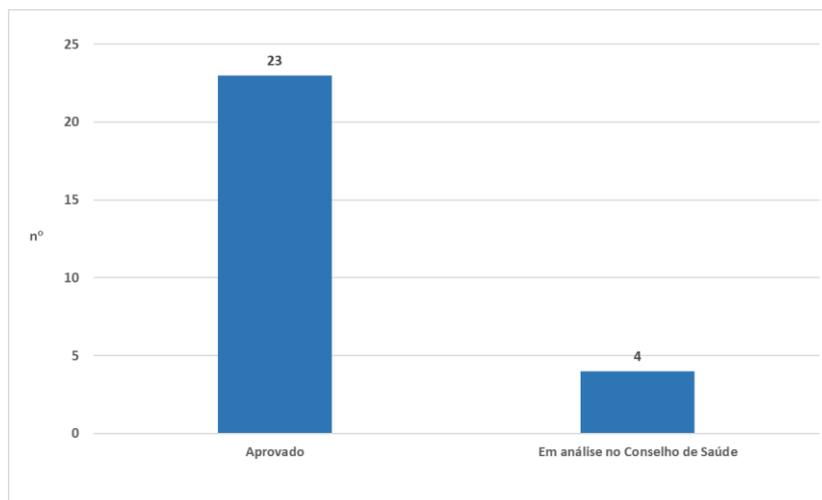


RESULTADOS

Resultados relativos ao Plano de Saúde

O gráfico 1 apresenta a situação do Plano de Saúde (PS) para os estados e o Distrito Federal no quadriênio 2020-2023 conforme dados disponíveis no DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento (DGMP). Quatro Secretarias Estaduais de Saúde (Amazonas, Pará, Alagoas e Goiás), cuja situação no gráfico está descrita como “Em análise no Conselho de Saúde”, ainda não inseriram no DGMP as resoluções de aprovação dos respectivos planos de saúde.

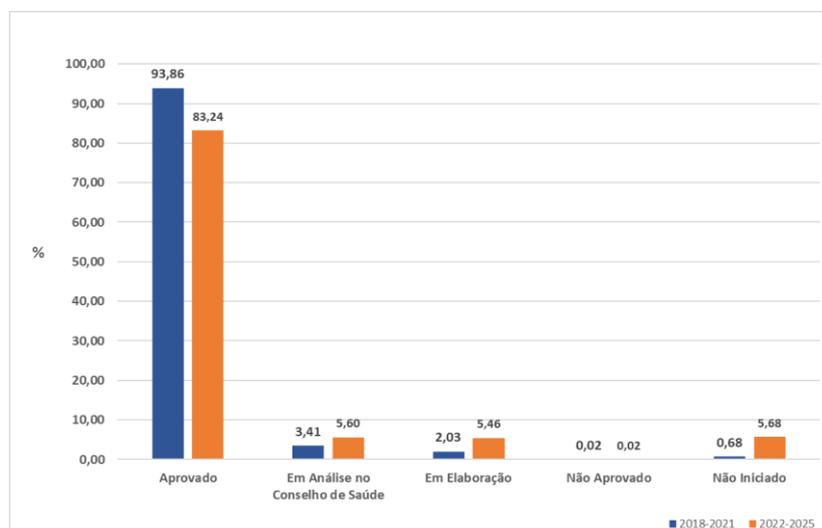
Gráfico 1 – Número de das unidades federativas que registraram o plano de saúde no DGMP , segundo status (2020-2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Com relação aos municípios, observa-se pelo gráfico 2 que a maior parte está com os planos de saúde aprovados pelo Conselho de Saúde para os dois ciclos de planejamento. Um total de 190 municípios (2018-2021) e 255 municípios (2022-2025) estão com seus planos de saúde “Em análise no Conselho de Saúde”, portanto, ainda não inseriram no DGMP as resoluções de aprovação do respectivo instrumento.

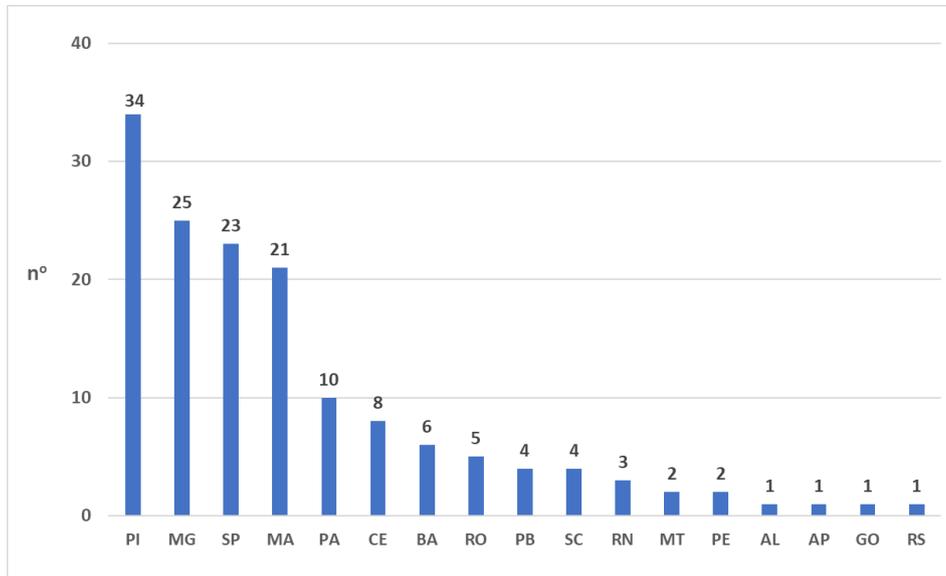
Gráfico 2 – Situação do plano de saúde dos municípios brasileiros, segundo status (2018-2021 e 2022-2025)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Há um quantitativo de municípios que não inseriram o plano de saúde no DGMP (Em elaboração + Não iniciado). São 151 municípios (2018-2021), distribuídos por 17 estados brasileiros, a maior parte deles em quatro estados: Piauí (34), Minas Gerais (25), São Paulo (23) e Maranhão (21) conforme gráfico 3.

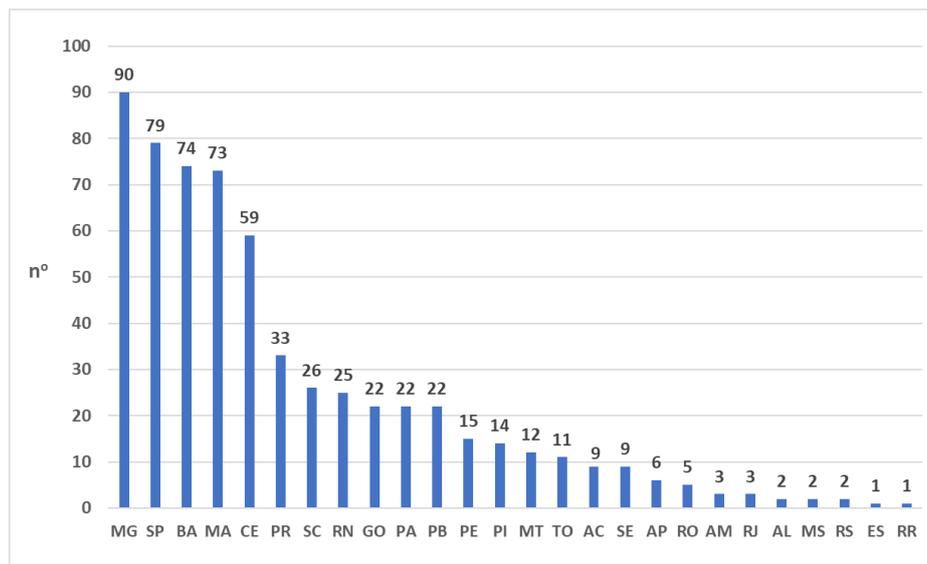
Gráfico 3 – Número de municípios que não inseriram o plano de saúde 2018-2021 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Para o ciclo de planejamento 2022-2025, são 620 municípios que não inseriram o plano de saúde no DGMP (Em elaboração + Não iniciado).

Gráfico 4 – Número de municípios que não inseriram o plano de saúde 2022-2025 no DGMP, segundo estado

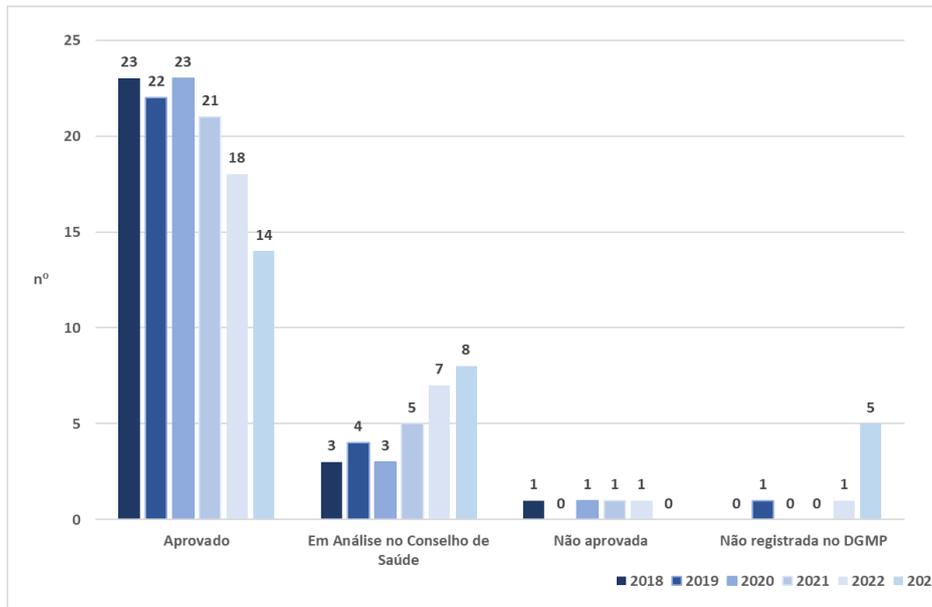


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Resultados relativos à Programação Anual de Saúde (PAS)

Considerando-se os *status* que representam registro da PAS no DGMP (Aprovada + Em análise no Conselho de Saúde + Não aprovada), observa-se pelo gráfico 5 que o número foi semelhante para quase todos os anos da série, excetuando-se o ano de 2023: 2018 (27), 2019 (26), 2020 (27), 2021 (27), 2022 (26) e 2023 (22). Cinco estados não registraram a PAS de 2023 no DGMP. Há pendências ainda em 2019, 2021 e 2022 (um estado em cada ano).

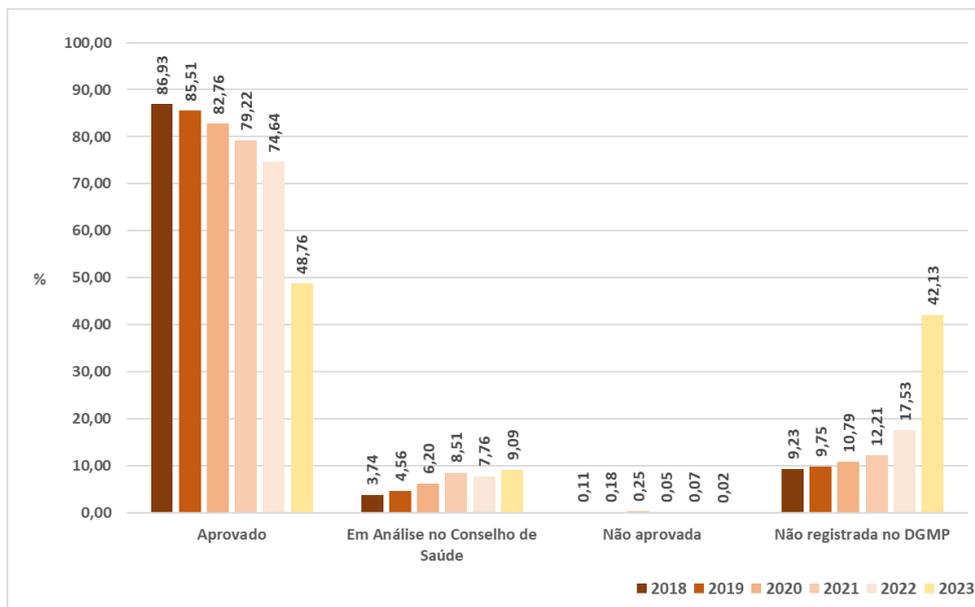
Gráfico 5 – Número de unidades federativas, segundo a situação da PAS (2018 a 2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Numa análise similar para os municípios, considerando-se os *status* que representam registro no DGMP (Aprovada + Em análise no Conselho de Saúde + Não aprovada), as proporções são apresentadas no gráfico 6: 2018 (90,77%), 2019 (90,25%), 2020 (89,21%), 2021 (87,79%), 2022 (82,47%) e 2023 (57,87%).

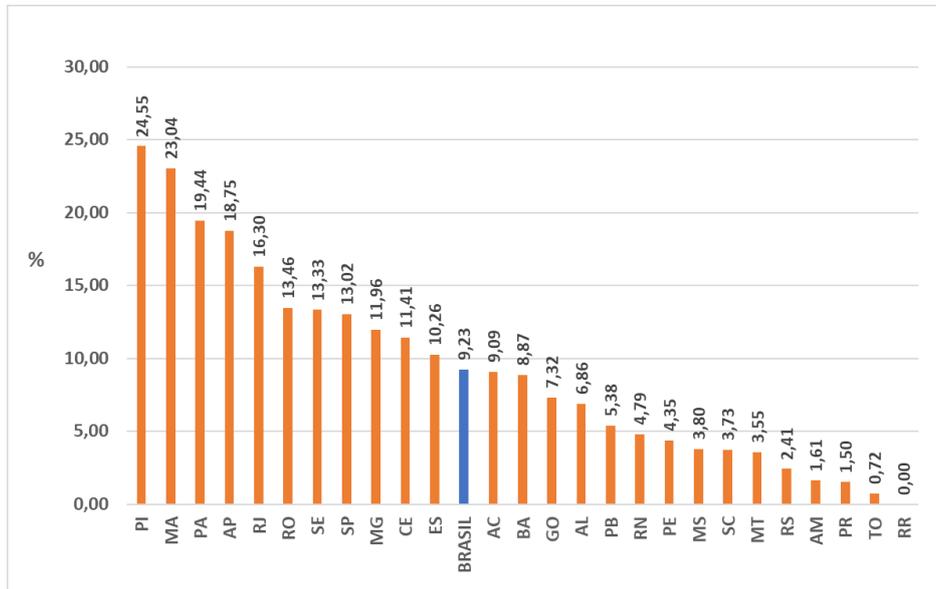
Gráfico 6 – Percentual de municípios brasileiros segundo a situação da PAS (2018 a 2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Por outro lado, há municípios que não inseriram a PAS no DGMP em toda a série histórica. A inserção da PAS é condição para elaboração do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) e Relatório Anual de Gestão (RAG) dos respectivos anos. Em 2018, aproximadamente 10% dos municípios não tinham inserido a PAS no DGMP. A maior proporção foi observada no estado do Piauí (24,55% dos municípios). As proporções por todas unidades federativas são apresentadas no gráfico 7.

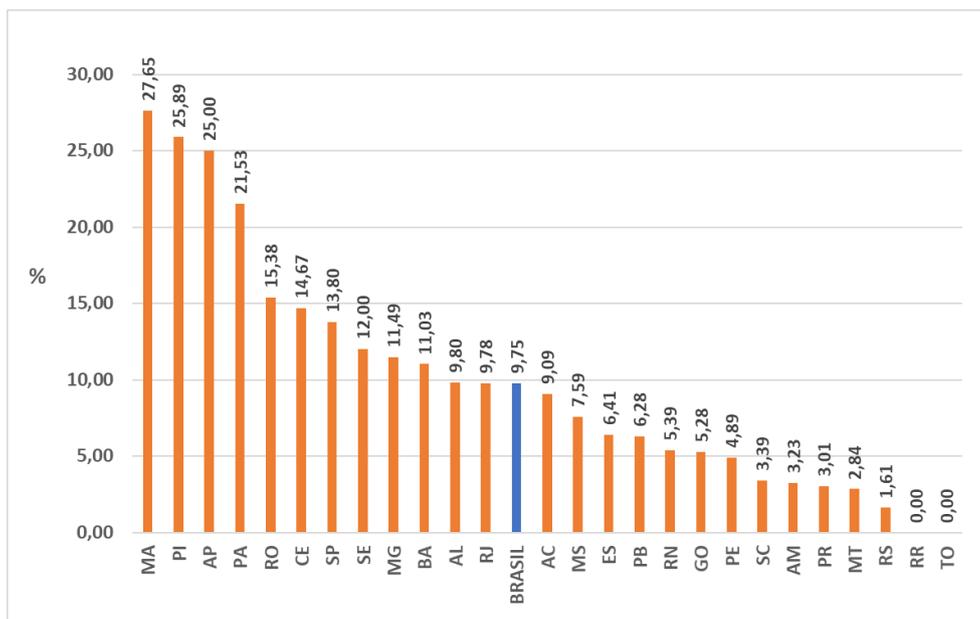
Gráfico 7 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2018 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Com relação à PAS 2019, a maior proporção de municípios que não registraram esse instrumento no DGMP foi verificada no estado do Maranhão (27,65%). A proporção para todo o país foi de 9,75%. A situação de todos os estados é apresentada no gráfico 8.

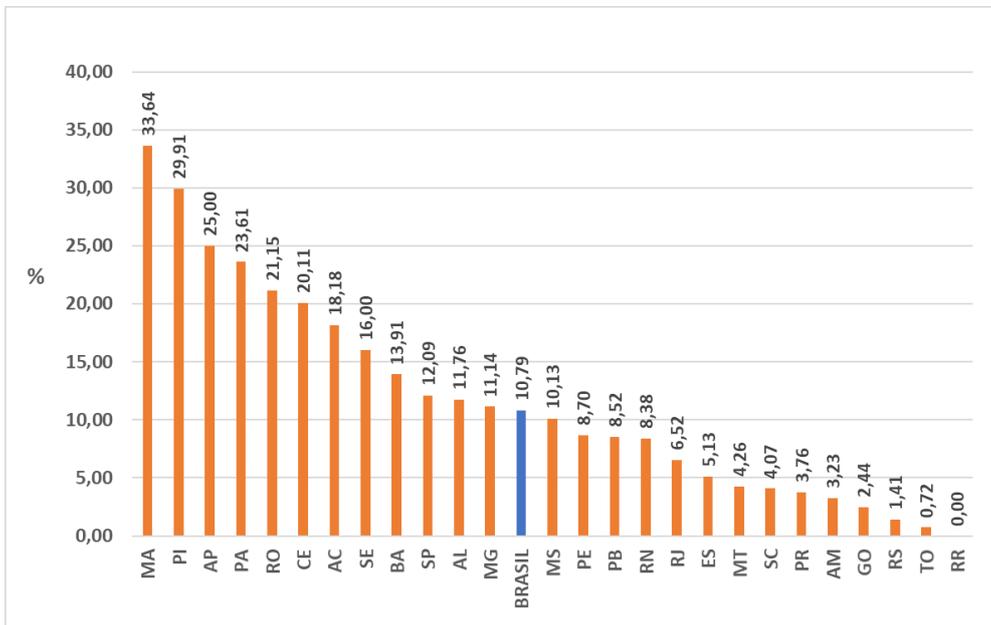
Gráfico 8 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2019 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Para a PAS 2020, a maior proporção de municípios que não registraram esse instrumento no DGMP foi observada no estado do Maranhão (33,64%). A situação por estado está descrita no gráfico 9.

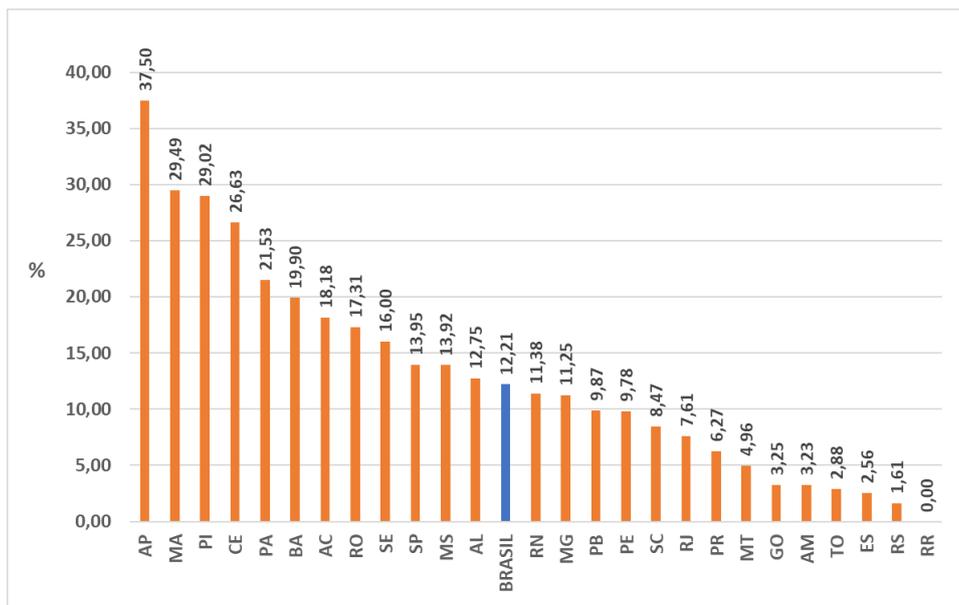
Gráfico 9 - Proporção de municípios que não registraram a PAS 2020 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

No referente à PAS 2021, conforme gráfico 10, o estado do Amapá apresentou a maior proporção de municípios que não fizeram o registro no DGMP (37,50%).

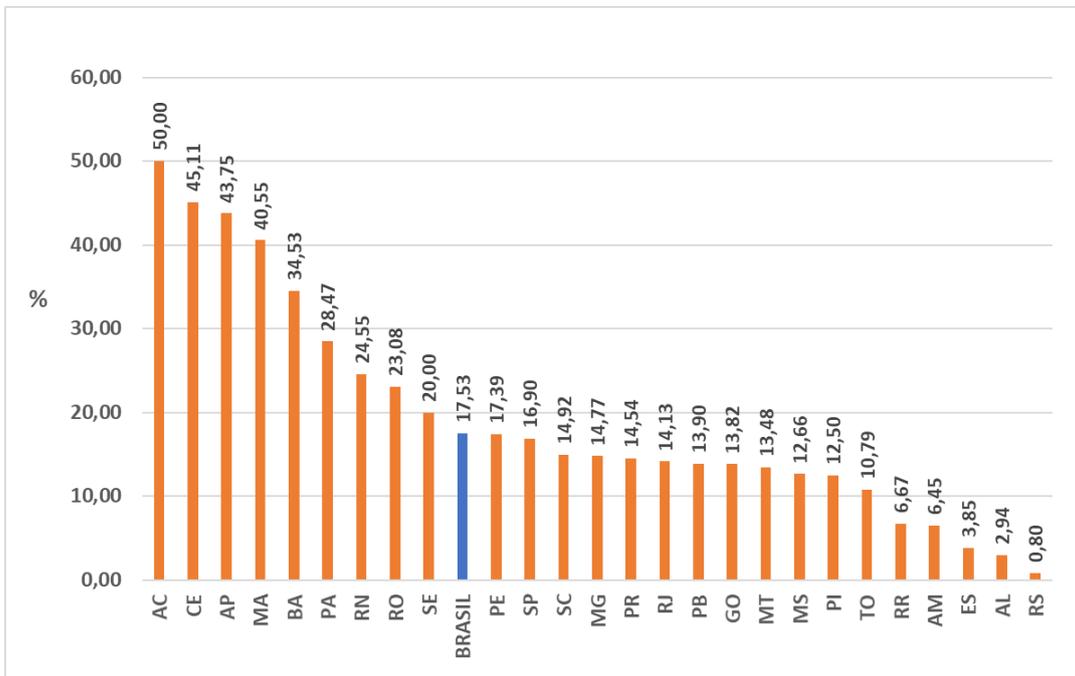
Gráfico 10 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2021 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Segundo gráfico 11, para a PAS 2022, metade dos municípios do estado do Acre não tinham registrado esse instrumento no DGMP.

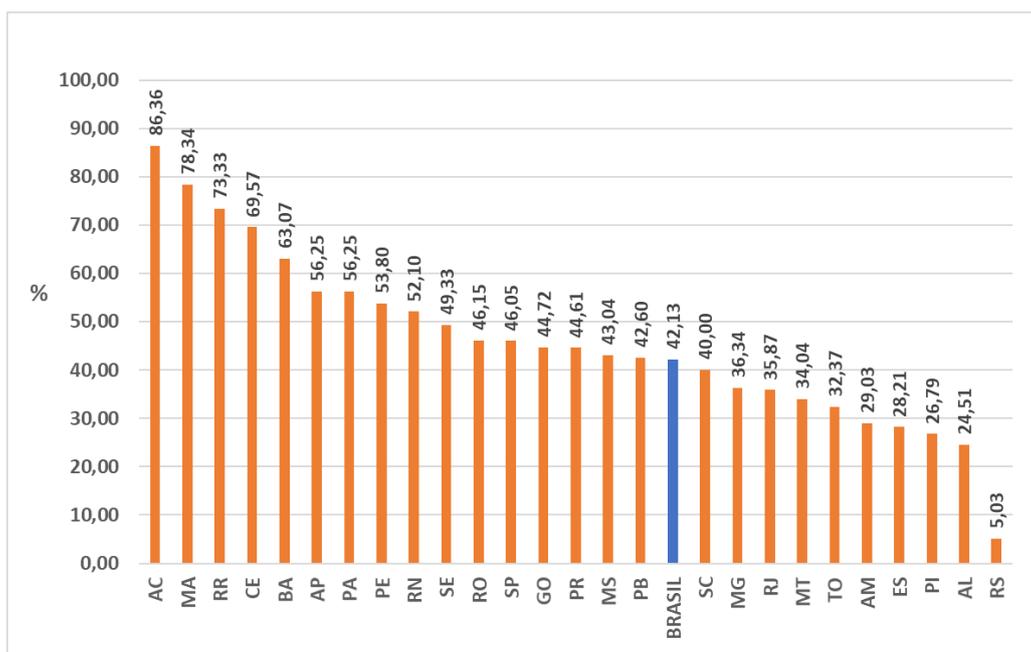
Gráfico 11 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2022 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

No tocante ao ano de 2023, cerca de 86% dos municípios do estado do Acre não tinham realizado o registro no DGMP (gráfico 12).

Gráfico 12 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2023 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Sobre a série histórica analisada com relação às pendências de registro das PAS no DGMP, registra-se que 2.581 municípios (46,35% do total de municípios brasileiros), possuem pendências quanto ao registro, que representa uma decréscimo de 9,66% em relação à apuração realizada em 31/07/2023 (2.857 municípios com pendências). Desse total, a maior parte está com uma pendência de registro em um dos anos, totalizando 1.276 municípios (49,44% do total de municípios com pendências), não estando pendentes quanto ao demais anos da série.

Na sequência, 568 municípios (22,01% do total de municípios com pendências), não registraram duas programações; 238 municípios não registraram três programações (9,22% do total de municípios com pendências); 173 municípios não registraram quatro programações (6,70% do total de municípios com pendências); 114 municípios não registraram cinco programações (4,42% do total de municípios com pendências) e 212 municípios não registraram seis programações (8,21% do total de municípios com pendências).

Destaca-se que a elaboração dos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQA) e os Relatórios Anuais de Gestão (RAG) somente é possível após finalização da PAS do respectivo exercício. Portanto, os entes que não registraram a PAS no DGMP, também estão com pendências nos referidos relatórios.

A tabela 1 apresenta o quantitativo de municípios com pendência de registro da PAS por estado.

Tabela 1 – Número de municípios com pendências de registro da PAS no DGMP, segundo estado e por quantitativo de pendências, 2018 a 2023.

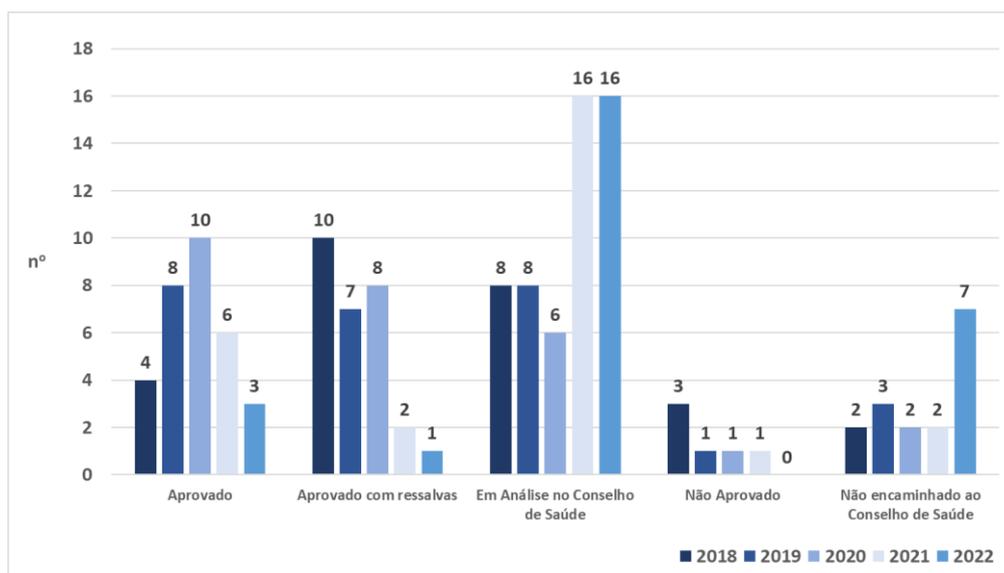
UF	Número de PAS com Pendência de Registro no DGMP						Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Uma	Duas	Três	Quatro	Cinco	Seis			
AC	8	7	0	2	0	2	19	22	86,36
AL	23	6	7	1	2	0	39	102	38,24
AM	13	3	0	0	2	0	18	62	29,03
AP	3	3	1	1	1	2	11	16	68,75
BA	113	87	27	13	11	26	277	417	66,43
CE	44	38	14	11	5	19	131	184	71,20
ES	18	3	4	2	0	0	27	78	34,62
GO	71	29	8	6	0	2	116	246	47,15
MA	63	34	21	16	11	32	177	217	81,57
MG	170	70	38	32	13	35	358	853	41,97
MS	23	5	5	3	0	2	38	79	48,10
MT	24	19	1	0	0	4	48	141	34,04
PA	31	21	5	6	10	14	87	144	60,42
PB	63	13	9	5	3	7	100	223	44,84
PE	65	16	7	8	4	2	102	184	55,43
PI	23	14	18	20	14	13	102	224	45,54
PR	122	37	10	6	4	4	183	399	45,86
RJ	19	15	5	2	1	1	43	92	46,74
RN	44	25	7	7	1	5	89	167	53,29
RO	9	5	4	3	2	3	26	52	50,00
RR	10	1	0	0	0	0	11	15	73,33
RS	33	6	5	1	0	0	45	497	9,05
SC	74	27	12	4	2	5	124	295	42,03
SE	19	6	1	2	7	3	38	75	50,67
SP	162	66	26	21	21	31	327	645	50,70
TO	29	12	3	1	0	0	45	139	32,37
BRASIL	1.276	568	238	173	114	212	2.581	5.568	46,35

Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/08/2023

Resultados relativos ao Relatório Anual de Gestão (RAG)

A maior parte das unidades federativas encaminharam pelo DGMP os RAG de 2018 (25), 2019 (24), 2020 (25) e 2021 (25) para apreciação do Conselho de Saúde (Aprovado + Aprovado com ressalvas + Em análise no Conselho de Saúde + Não aprovado), conforme gráfico 13. Sete unidades federativas não enviaram o RAG de 2022. Há pendências ainda em 2018 (dois estados), 2019 (três estados), 2020 (dois estados) e 2021 (dois estados).

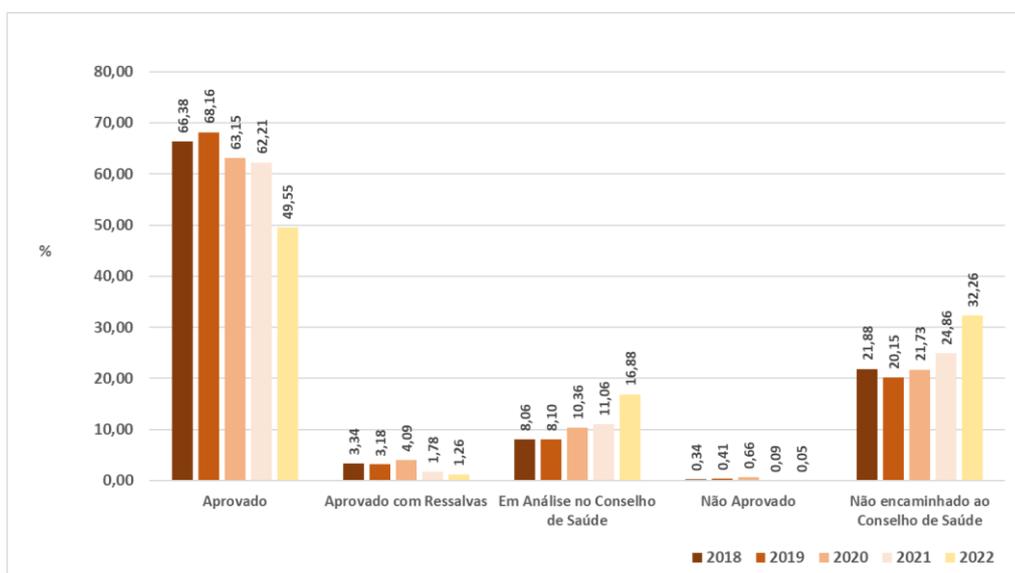
Gráfico 13 – Número de unidades federativas, segundo situação do RAG (2018 a 2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Quanto aos municípios, excetuando-se o ano de 2022, mais de 75% deles encaminharam o RAG para apreciação no Conselho de Saúde (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no Conselho de Saúde): RAG 2018 (78,13%), RAG 2019 (79,85%) RAG 2020 (78,27%) e RAG 2021 (75,14%). Para o ano de 2022, as proporções observadas foram de 67,74%, conforme gráfico 14.

Gráfico 14 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RAG (2018 a 2022)

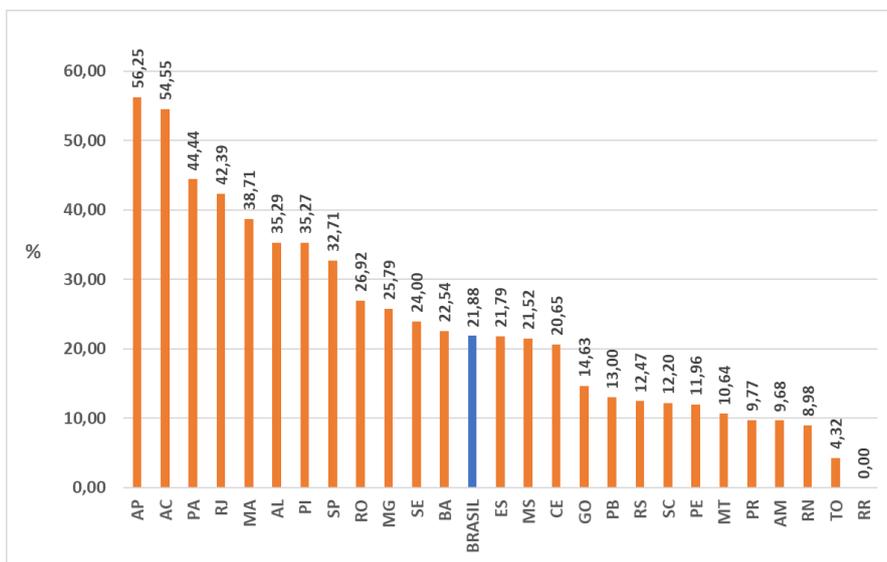


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Entretanto, há municípios que não encaminharam o RAG para apreciação no Conselho de Saúde, fato observado em todos os anos da série histórica.

Em 2018, observou-se que 21,88% dos municípios não tinham encaminhado o RAG para apreciação no Conselho de Saúde. A maior proporção foi identificada no estado do Amapá (56,25% dos municípios). As proporções por todas unidades federativas são apresentadas no gráfico 15.

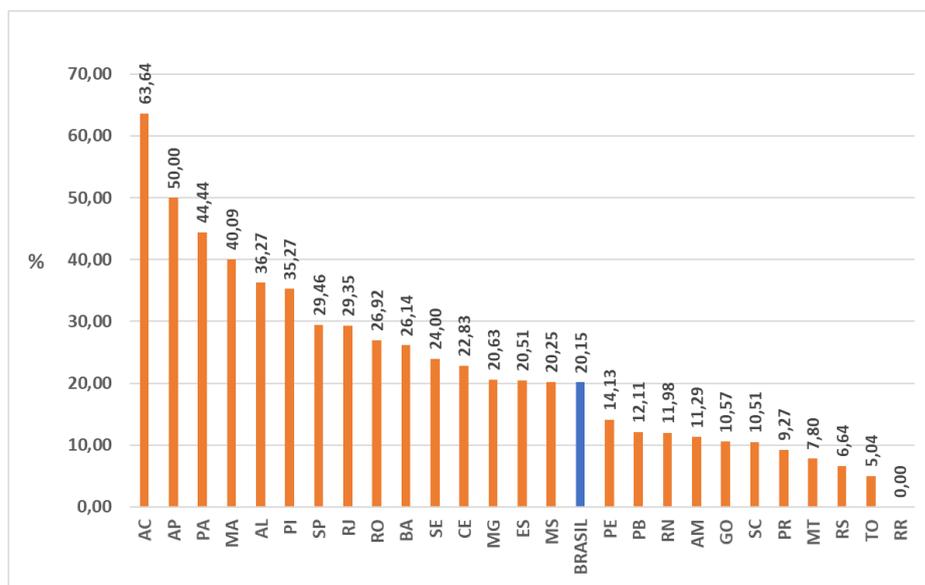
Gráfico 15 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2018 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Para o ano 2019, a proporção municípios que não tinham encaminhado o RAG para apreciação no Conselho de Saúde (20,15%) foi um pouco menor em relação à proporção do ano anterior (21,88%). A maior proporção foi observada no estado do Acre (63,64% dos municípios). As proporções por todas unidades federativas são apresentadas no gráfico 16.

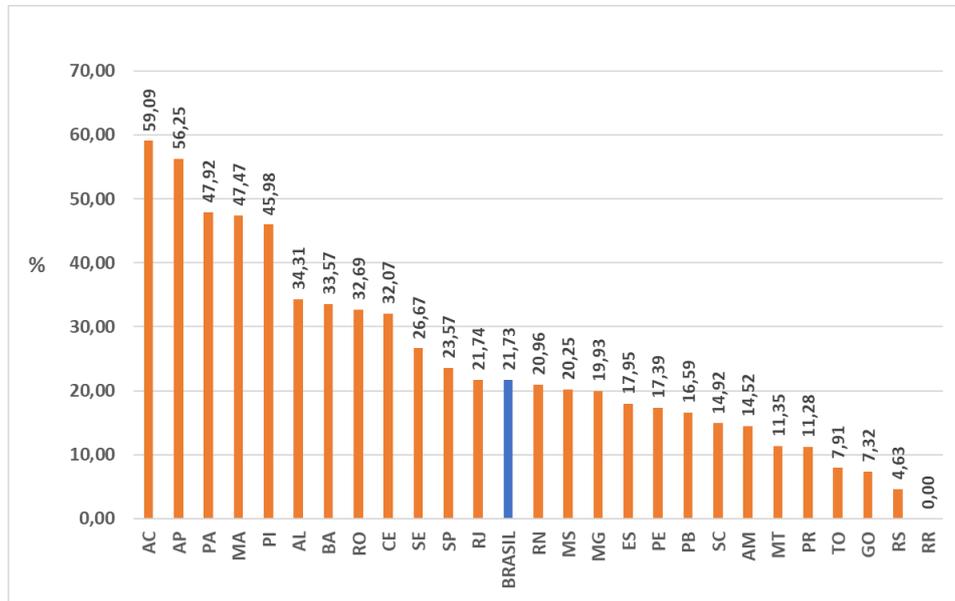
Gráfico 16 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2019 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Mesmo comportamento foi observado para o ano de 2020. O estado do Acre apresentou a maior proporção de municípios que não encaminharam o RAG para apreciação no Conselho de Saúde. Para o país, esse percentual foi de 21,73% (gráfico 17).

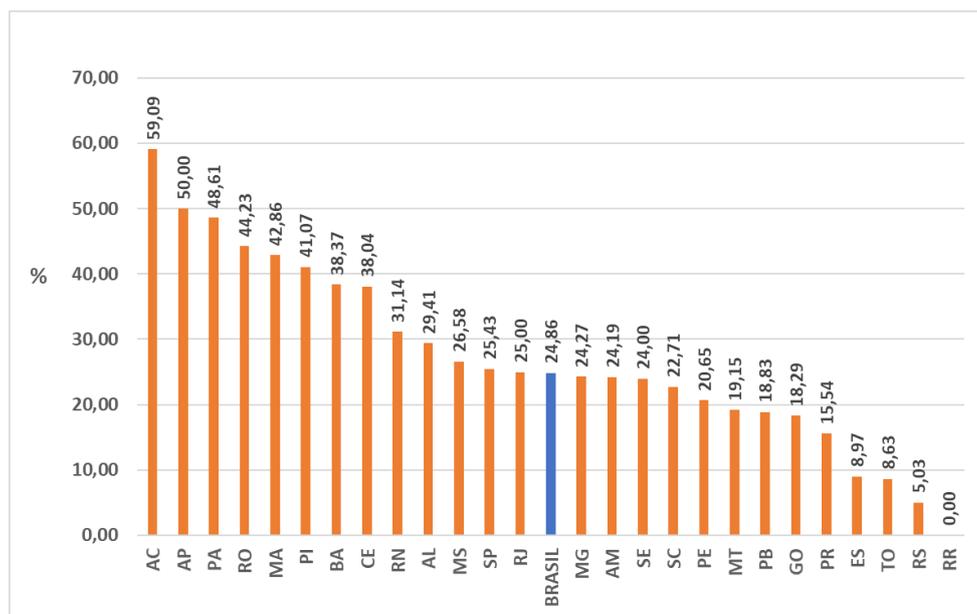
Gráfico 17 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2020 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Em 2021, a proporção de municípios que não encaminharam o RAG para apreciação no Conselho de Saúde foi de 24,86%. A média observada nos três anos anteriores (2018, 2019 e 2020) foi de 21,25%. Assim, houve em 2021 um incremento de 3,61 pontos percentuais nas pendências em relação a média histórica até então verificada. As proporções para o ano de 2021 estão dispostas no gráfico 18.

Gráfico 18 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2021 para análise no conselho de saúde, segundo estado



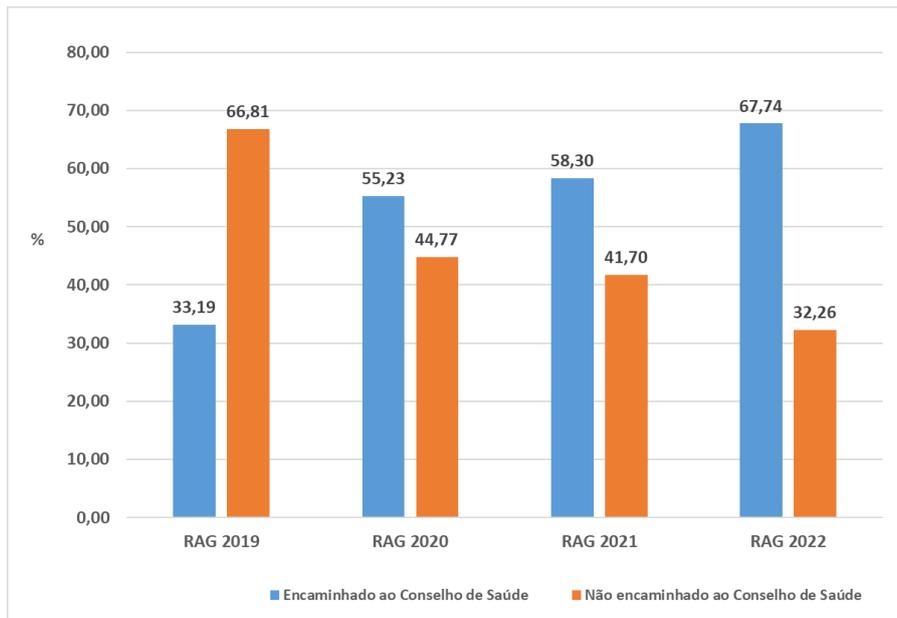
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

A análise sobre a entrega do RAG de 2022 deve ser feita de forma isolada, não cabendo comparações com os dados observados nos anos anteriores, visto que a primeira apuração realizada para o ano de 2022 foi realizada no final de março.

Entretanto, é possível comparar as entregas do RAG 2022 com RAG 2019, RAG 2020 e RAG 2021, tomando por base a proporção de municípios que encaminharam o referido relatório para apreciação no Conselho de Saúde no até o final de agosto do ano subsequente ao exercício.

Nesse contexto, observa-se um melhor desempenho para a propoção de entrega do RAG 2022 em relação aos dois anos anteriores, porém, percebe-se uma grande proporção de pendências (gráfico 19).

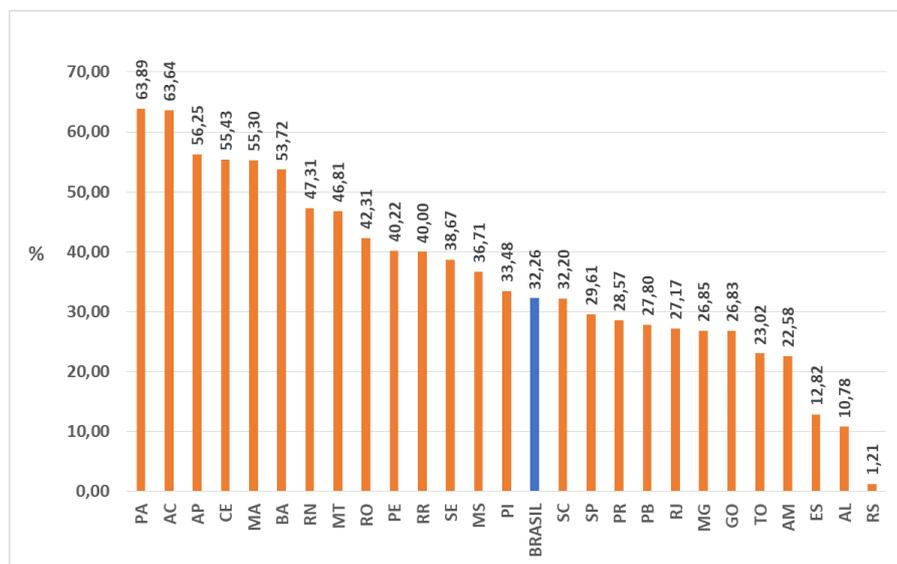
Gráfico 19 – Proporção da situação de entrega do RAG dos municípios de para análise no conselho de saúde (2020, 2021 e 2022)



Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/08/2020 (RAG 2019); 31/08/2021 (RAG 2020); 31/08/2022 (RAG 2021) e 31/08/2023 (RAG 2022)

Abaixo, no gráfico 20, são apresentadas as propoções de municípios que não tinham encaminhado o RAG 2022 para apreciação no Conselho de Saúde. A maior proporção foi observada no estado Pará (63,89% dos municípios).

Gráfico 20 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2022 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Sobre a série histórica analisada com relação às pendências de envio de RAG para apreciação no Conselho de Saúde, registra-se que 2.574 municípios (46,23% do total de municípios brasileiros), possuem pendências, que representa uma decréscimo de 5,71% em relação à apuração realizada em 31/07/2023 (2.730 municípios com pendências).

Desse total, a maior parte está com pendência de envio em um dos anos, totalizando 953 municípios (37,02% do total de municípios com pendências), não estando pendentes quanto aos demais anos da série.

Na sequência, 472 municípios (18,34% do total de municípios com pendências), não enviaram o RAG em dois anos; 324 municípios (12,59% do total de municípios com pendências) não enviaram o RAG em três anos; 264 municípios (10,26% do total de municípios com pendências) não enviaram o RAG em quatro anos e 561 municípios (21,79% do total de municípios com pendências) não enviaram o RAG em cinco anos, isto é, pendentes em todos os anos.

A tabela 2 apresenta o quantitativo de municípios com pendência de envio do RAG para apreciação no Conselho de Saúde.

Tabela 2 – Número de municípios com pendências envio do RAG para apreciação no conselho de saúde, segundo estado e por quantitativo de pendências, 2018 a 2022.

UF	Quantidade de RAG não Encaminhados ao Conselho de Saúde					Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três	Quatro	Cinco			
AC	3	1	0	4	9	17	22	77,27
AL	11	14	6	18	4	53	102	51,96
AM	7	5	4	3	2	21	62	33,87
AP	4	0	2	2	5	13	16	81,25
BA	92	39	36	26	69	262	417	62,83
CE	38	18	20	3	33	112	184	60,87
ES	12	7	4	4	2	29	78	37,18
GO	42	28	11	5	8	94	246	38,21
MA	37	22	24	16	54	153	217	70,51
MG	150	77	50	42	76	395	853	46,31
MS	13	9	1	5	9	37	79	46,84
MT	43	13	3	3	9	71	141	50,35
PA	28	10	11	12	46	107	144	74,31
PB	30	22	8	6	15	81	223	36,32
PE	46	8	7	6	17	84	184	45,65
PI	33	13	27	22	40	135	224	60,27
PR	64	23	16	11	19	133	399	33,33
RJ	17	15	7	4	10	53	92	57,61
RN	45	18	11	8	11	93	167	55,69
RO	11	1	3	2	12	29	52	55,77
RR	6	0	0	0	0	6	15	40,00
RS	48	23	5	10	0	86	497	17,30
SC	52	22	12	9	21	116	295	39,32
SE	13	3	3	5	11	35	75	46,67
SP	85	75	48	36	77	321	645	49,77
TO	23	6	5	2	2	38	139	27,34
BRASIL	953	472	324	264	561	2.574	5.568	46,23

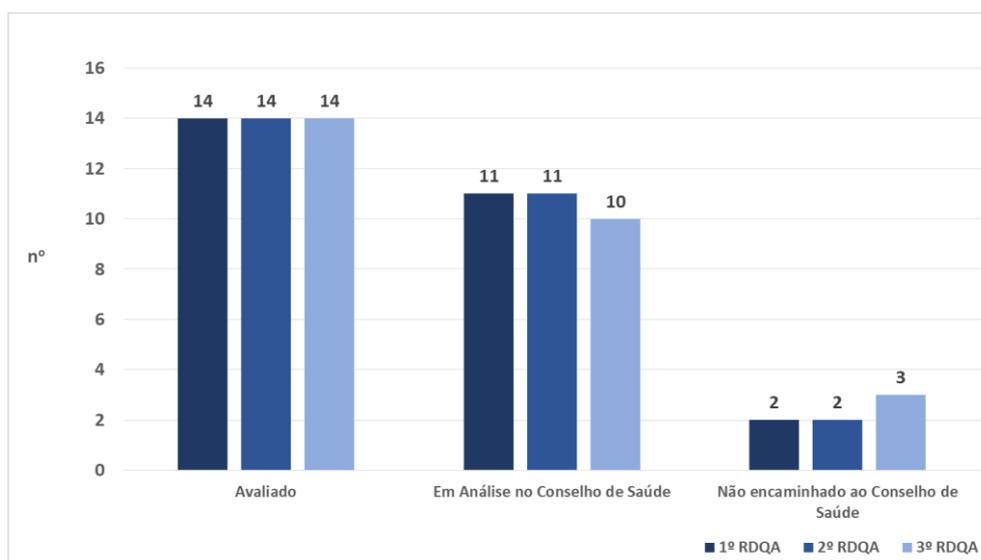
Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/08/2023

Resultados relativos ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA)

RDQA de 2018

Em relação às unidades federativas, a maior parte encaminhou o RDQA para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) nos três quadrimestres de 2018, conforme gráfico 21.

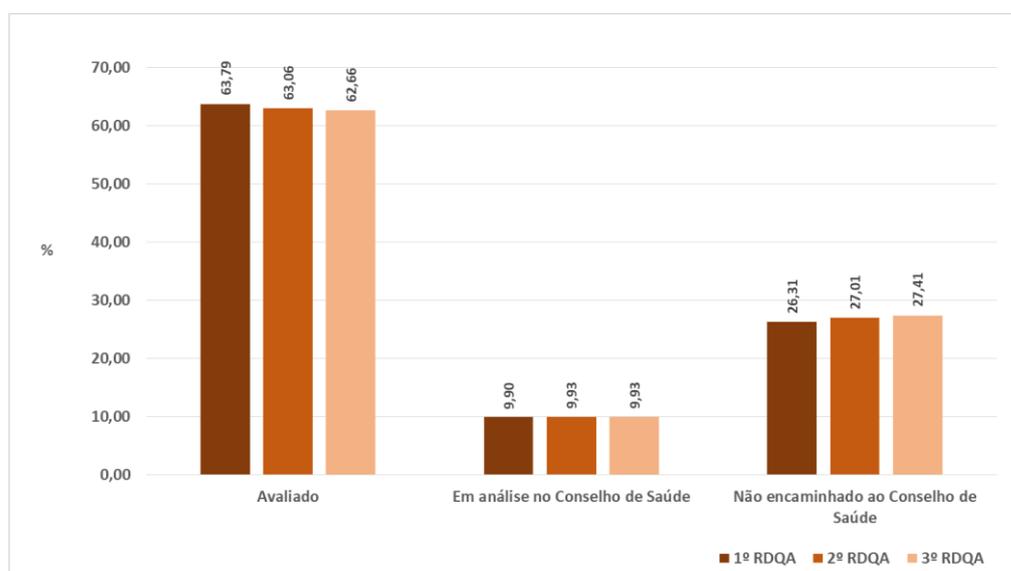
Gráfico 21 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2018)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Semelhante análise para os municípios demonstra que, na média dos três RDQA de 2018; 73,09% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 26,91% estão pendentes. O gráfico 22 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

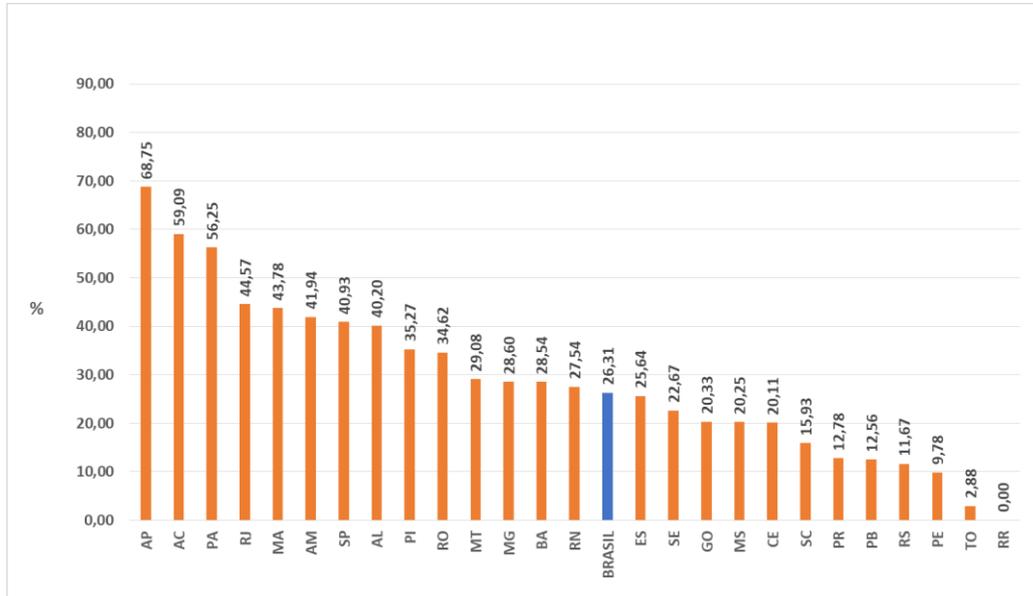
Gráfico 22 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2018)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

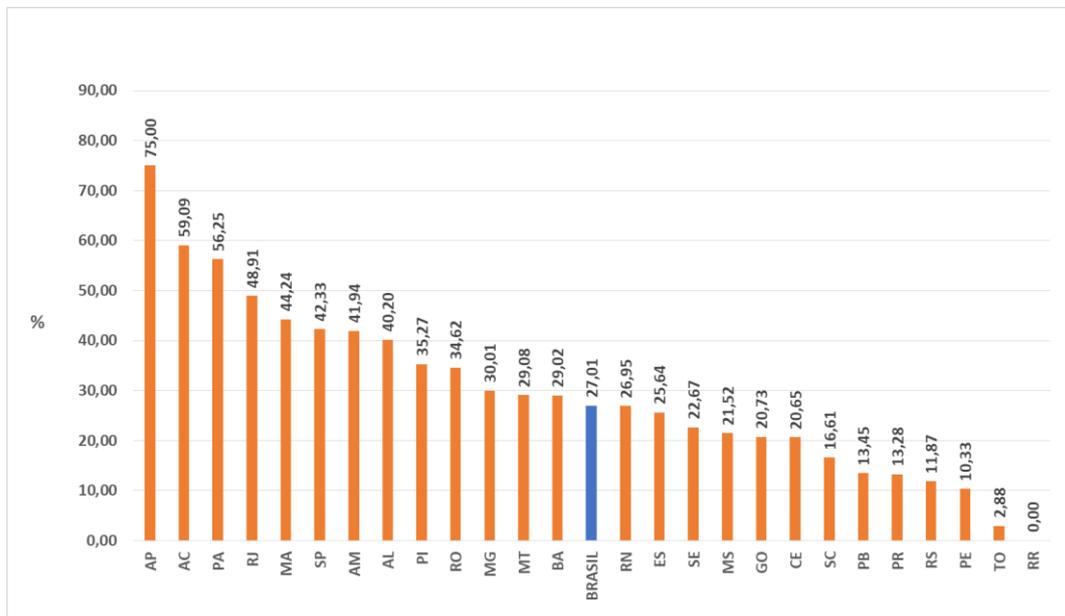
Analisando-se os municípios que não encaminharam os RDQA de 2018 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que a maior proporção de municípios nessa situação foi observada no estado Amapá para os três quadrimestres (gráficos 23, 24 e 25).

Gráfico 23 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2018 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



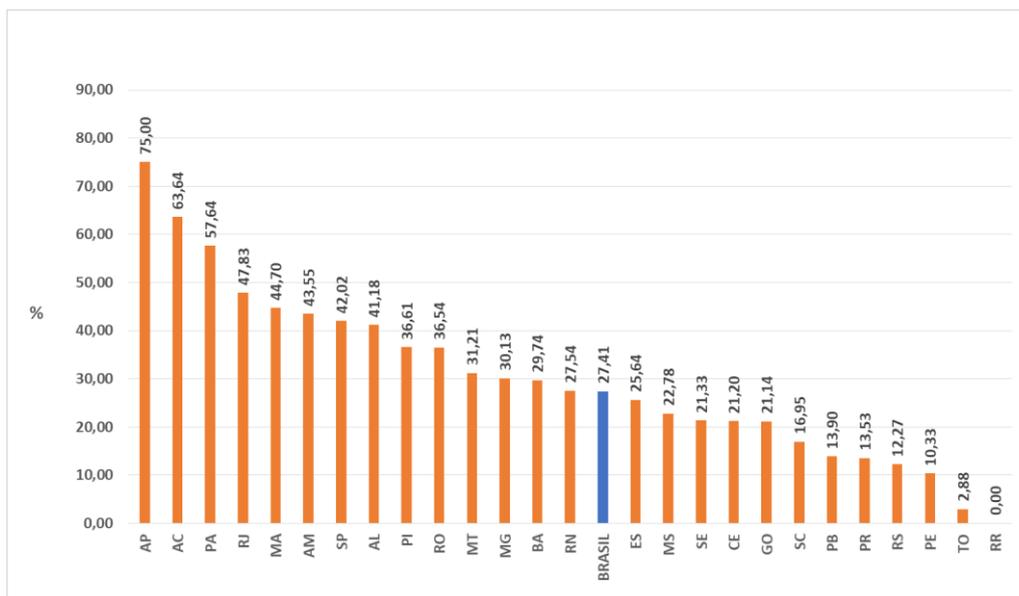
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Gráfico 24 – Proporção de municípios que não encaminharam o 2º RDQA de 2018 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Gráfico 25 – Proporção de municípios que não encaminharam o 3º RDQA de 2018 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Um total de 1.552 municípios não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2018 para avaliação no Conselho de Saúde (27,87% de todos os municípios brasileiros), que representa uma decréscimo de 2,51% em relação à apuração realizada em 31/07/2023 (1.592 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.447 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2018 (93,23% de todos municípios pendentes); 49 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2018 (3,16% de todos municípios pendentes) e 56 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2018 (3,61% de todos municípios pendentes). A tabela 3 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 3 – Número de municípios com pendências envio dos RDQA para avaliação no conselho de saúde, segundo estado e por quantidade, 2018

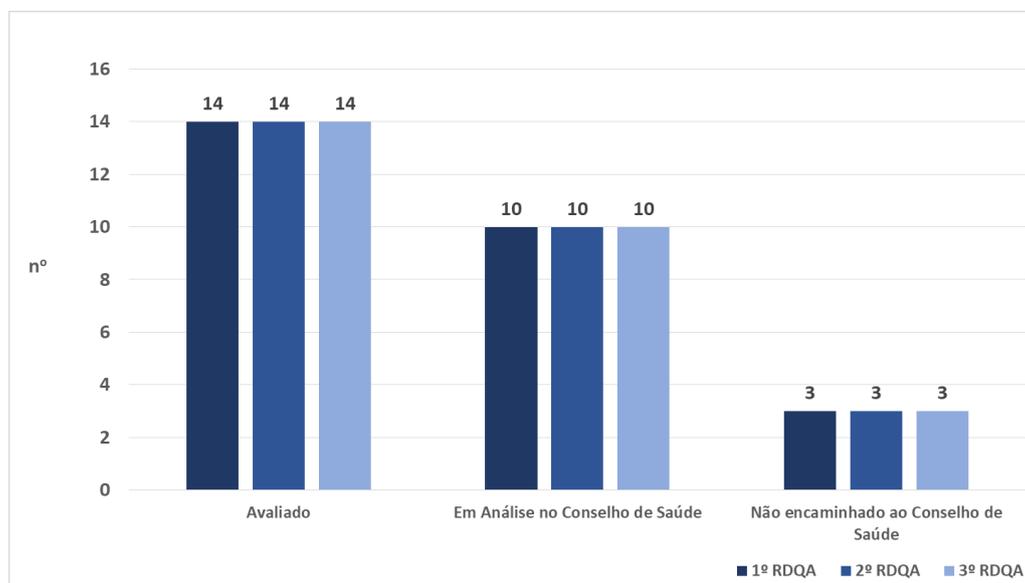
UF	Quantidade de RDQA 2018 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	1	0	13	14	22	63,64
AL	1	0	41	42	102	41,18
AM	1	0	26	27	62	43,55
AP	0	1	11	12	16	75,00
BA	4	3	118	125	417	29,98
CE	3	0	37	40	184	21,74
ES	0	0	20	20	78	25,64
GO	1	1	50	52	246	21,14
MA	5	2	93	100	217	46,08
MG	8	10	243	261	853	30,60
MS	3	0	16	19	79	24,05
MT	2	2	40	44	141	31,21
PA	2	0	81	83	144	57,64
PB	1	2	28	31	223	13,90
PE	0	1	18	19	184	10,33
PI	4	1	78	83	224	37,05
PR	4	5	48	57	399	14,29
RJ	1	3	41	45	92	48,91
RN	2	0	45	47	167	28,14
RO	1	0	18	19	52	36,54
RR	0	0	0	0	15	0,00
RS	2	1	58	61	497	12,27
SC	2	3	46	51	295	17,29
SE	0	1	16	17	75	22,67
SP	8	13	258	279	645	43,26
TO	0	0	4	4	139	2,88
BRASIL	56	49	1.447	1.552	5.568	27,87

Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/08/2023

RDQA de 2019

Três unidades federativas ainda não encaminharam os três RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde. O detalhamento por cada *status* e quadrimestre está no gráfico 26.

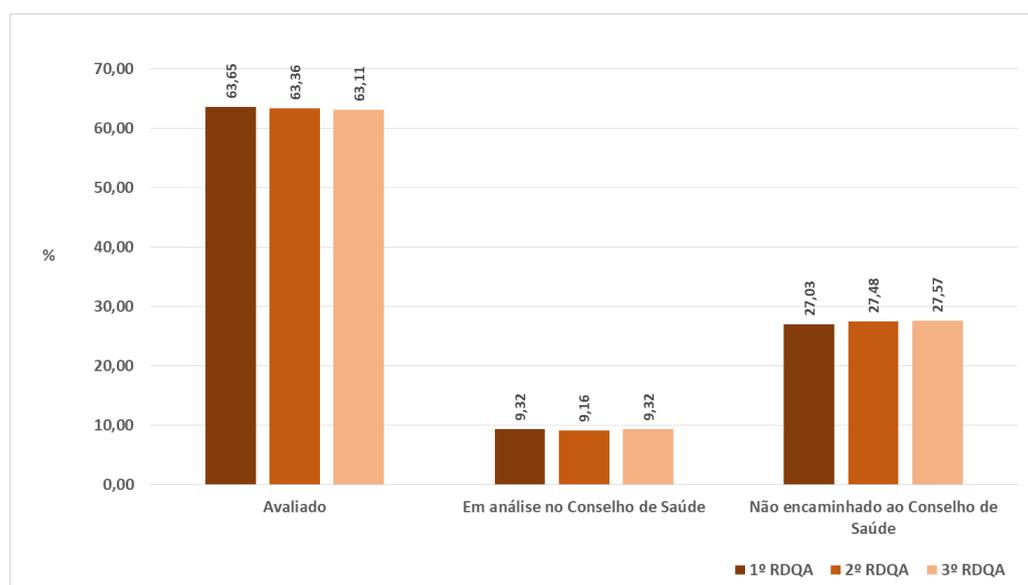
Gráfico 26 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2019)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

A mesma análise para os municípios aponta que, na média dos três RDQA de 2019, 72,64% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 27,36% estão pendentes. O gráfico 27 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

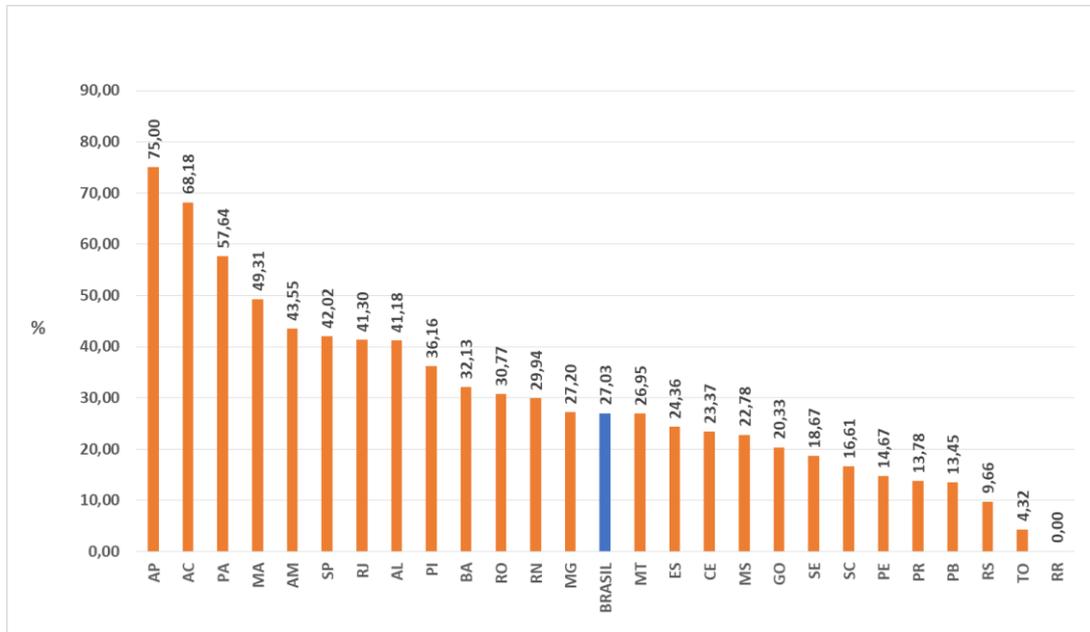
Gráfico 27 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2019)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

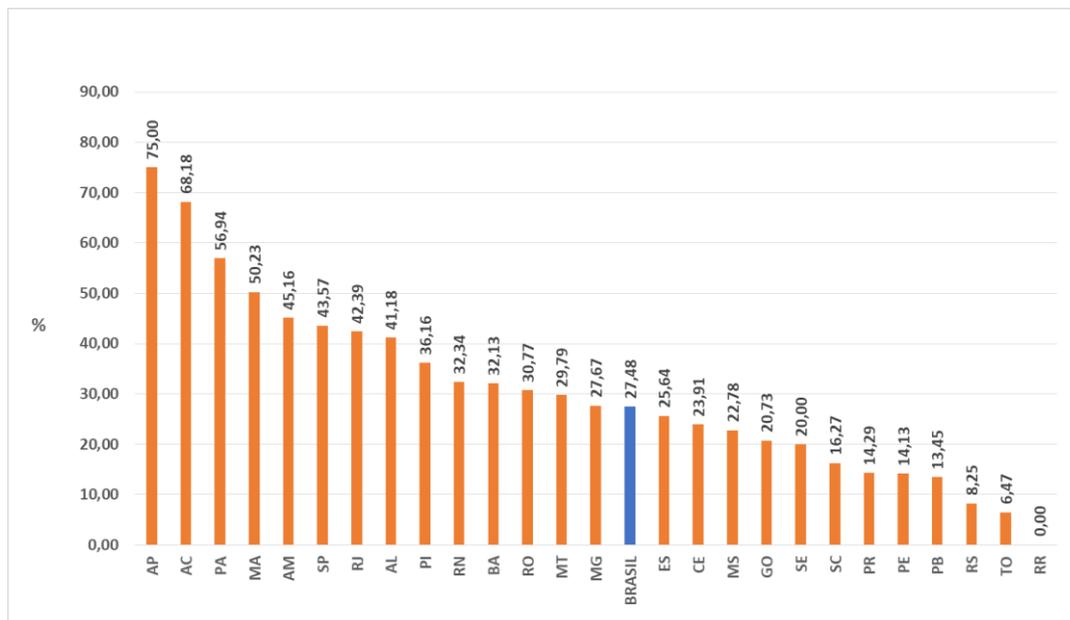
Analisando-se os municípios que não encaminharam os RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que a maior proporção de municípios nessa situação foi observada no estado Amapá para os três quadrimestres (gráficos 28, 29 e 30).

Gráfico 28 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2019 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



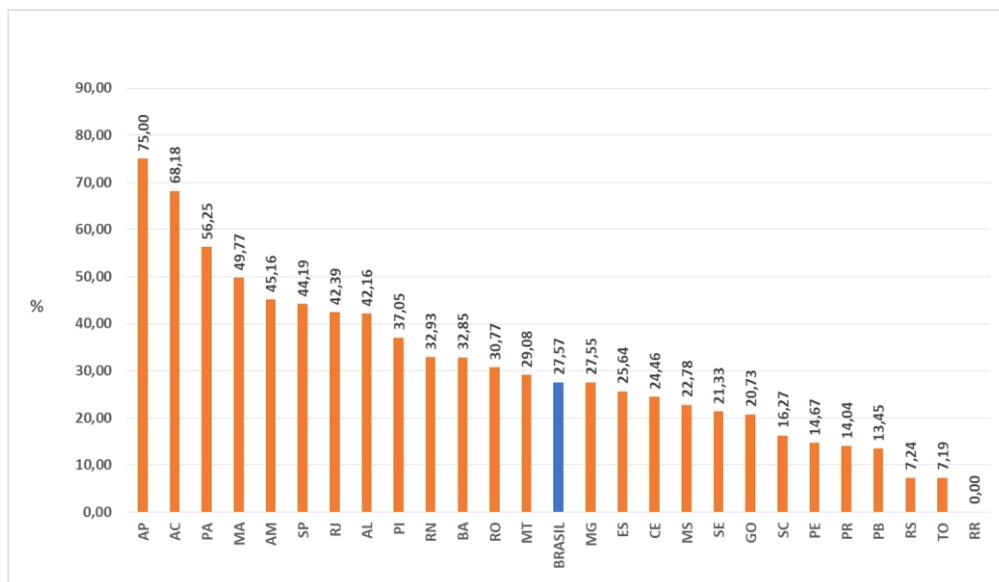
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Gráfico 29 – Proporção de municípios que não encaminharam o 2º RDQA de 2019 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Gráfico 30 – Proporção de municípios que não encaminharam o 3º RDQA de 2019 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Com relação aos municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que esse número somou 1.573 (28,25% de todos os municípios brasileiros), que representa um decréscimo de 2,66% em relação à apuração realizada em 31/07/2023 (1.616 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.471 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2019 (93,52% de todos municípios pendentes); 55 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2019 (3,50% de todos municípios pendentes) e 47 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2019 (2,99% de todos municípios pendentes). A tabela 4 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 4 – Número de municípios com pendências envio dos RDQA para avaliação no conselho de saúde, segundo estado e por quantidade, 2019

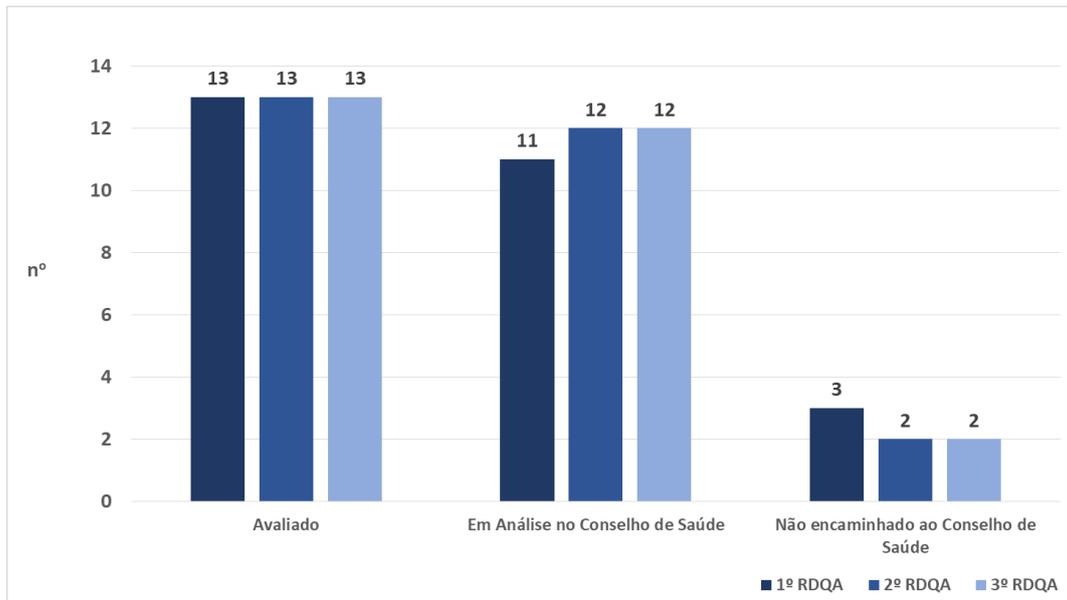
UF	Quantidade de RDQA 2019 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	0	15	15	22	68,18
AL	1	0	42	43	102	42,16
AM	0	1	27	28	62	45,16
AP	0	0	12	12	16	75,00
BA	2	2	133	137	417	32,85
CE	1	1	43	45	184	24,46
ES	0	1	19	20	78	25,64
GO	0	1	50	51	246	20,73
MA	0	3	106	109	217	50,23
MG	9	8	226	243	853	28,49
MS	0	0	18	18	79	22,78
MT	1	3	38	42	141	29,79
PA	2	2	80	84	144	58,33
PB	0	0	30	30	223	13,45
PE	2	0	26	28	184	15,22
PI	2	0	81	83	224	37,05
PR	2	2	54	58	399	14,54
RJ	1	2	37	40	92	43,48
RN	1	4	50	55	167	32,93
RO	0	0	16	16	52	30,77
RR	0	0	0	0	15	0,00
RS	12	7	33	52	497	10,46
SC	3	2	46	51	295	17,29
SE	1	1	14	16	75	21,33
SP	6	12	269	287	645	44,50
TO	1	3	6	10	139	7,19
BRASIL	47	55	1.471	1.573	5.568	28,25

Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/08/2023

RDQA de 2020

Três unidades federativas não encaminharam, para avaliação no Conselho de Saúde, o 1º de 2020 e duas não o fizeram para o 2º e 3º RDQA. O detalhamento por cada *status* e quadrimestre está no gráfico 31.

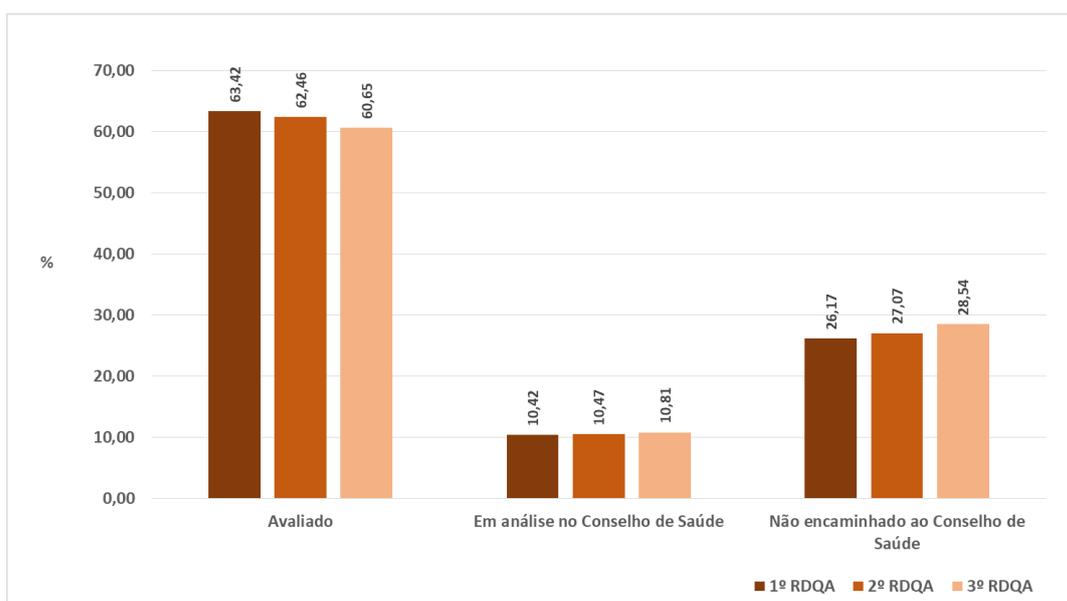
Gráfico 31 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Em relação aos municípios, a média dos que encaminharam todos os RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde foi 72,74%, consequentemente, a média de inadimplência foi de 27,26%. O gráfico 32 apresenta as proporções para cada quadrimestre.

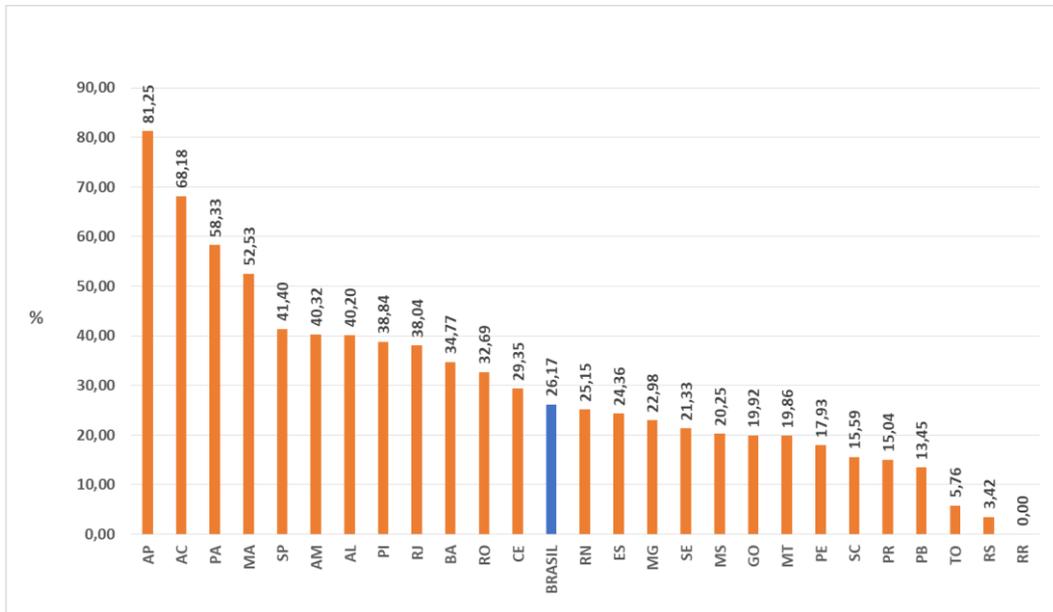
Gráfico 32 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

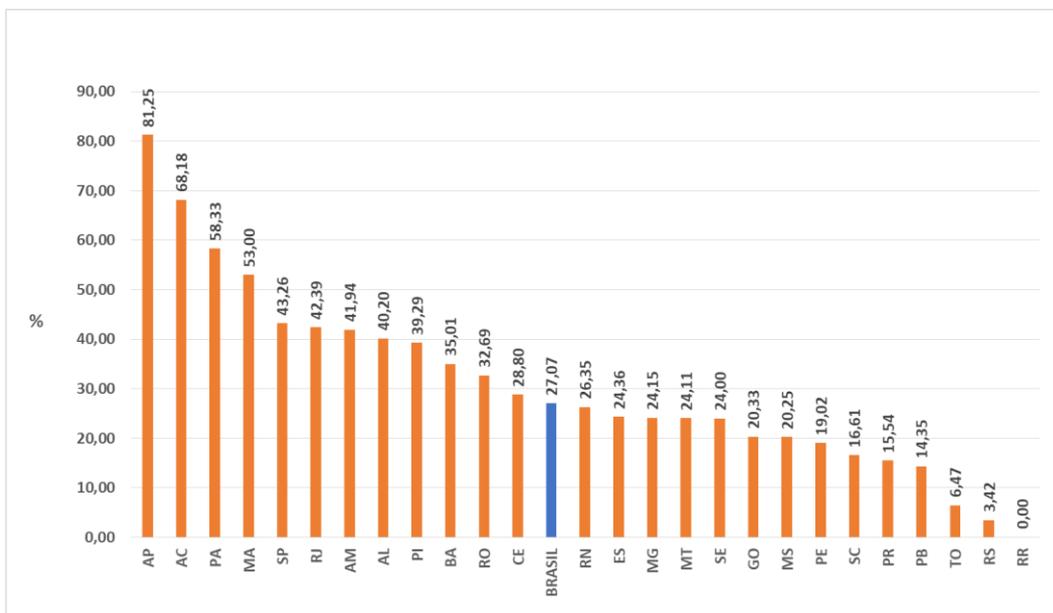
Sobre os municípios que não encaminharam os RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que a maior proporção de municípios nessa situação foi observada no estado Amapá para os três quadrimestres (gráficos 33, 34 e 35).

Gráfico 33 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2020 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



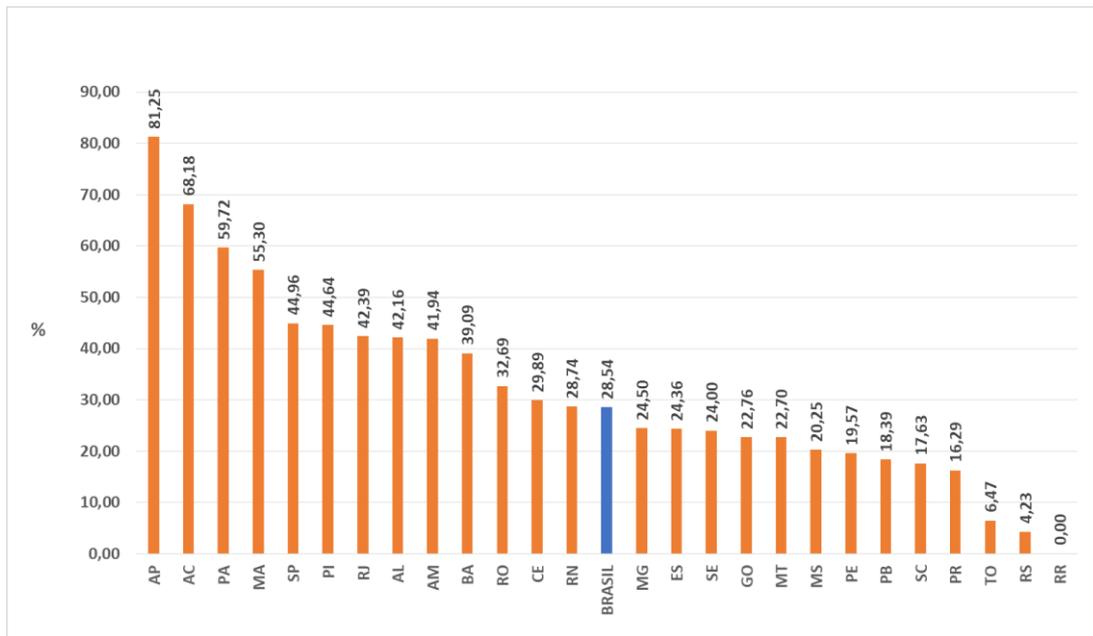
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Gráfico 34 – Proporção de municípios que não encaminharam o 2º RDQA de 2020 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Gráfico 35 – Proporção de municípios que não encaminharam o 3º RDQA de 2020 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Considerando-se o total de municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde, esse número somou 1.639 (29,44% de todos os municípios brasileiros), que representa uma decréscimo de 3,19% em relação à apuração realizada em 31/07/2023 (1.693 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.417 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2020 (86,46% de todos municípios pendentes); 80 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2020 (4,88% de todos municípios pendentes) e 142 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2020 (8,66% de todos municípios pendentes). A tabela 5 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 5 – Número de municípios com pendências envio dos RDQA para avaliação no conselho de saúde, segundo estado e por quantidade, 2020

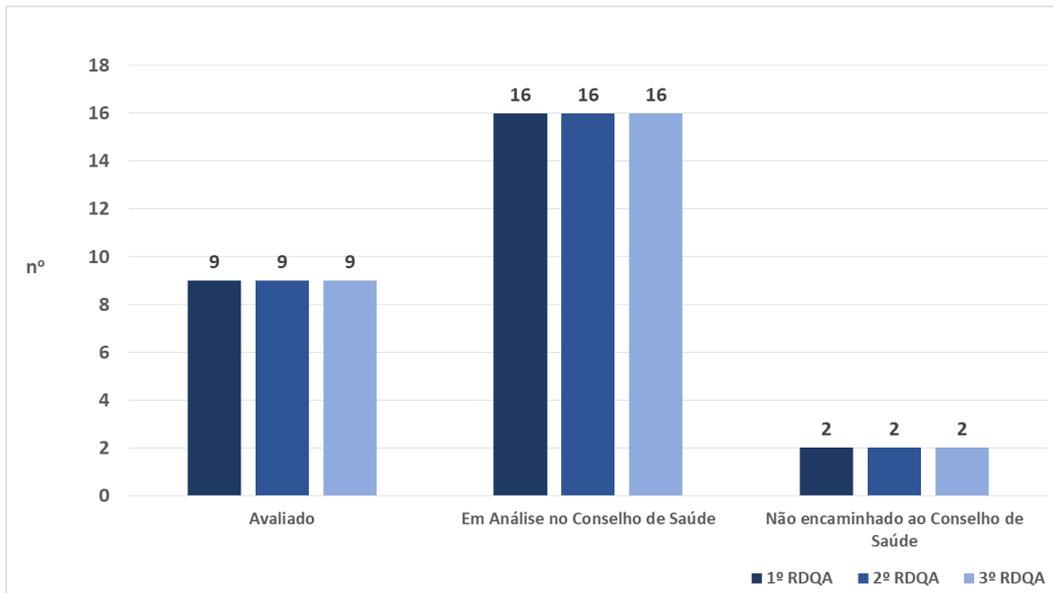
UF	Quantidade de RDQA 2020 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	0	15	15	22	68,18
AL	2	0	41	43	102	42,16
AM	2	0	25	27	62	43,55
AP	0	0	13	13	16	81,25
BA	19	3	143	165	417	39,57
CE	4	1	52	57	184	30,98
ES	0	0	19	19	78	24,36
GO	8	0	49	57	246	23,17
MA	6	2	113	121	217	55,76
MG	20	21	183	224	853	26,26
MS	0	0	16	16	79	20,25
MT	5	4	27	36	141	25,53
PA	3	1	83	87	144	60,42
PB	10	3	29	42	223	18,83
PE	4	2	32	38	184	20,65
PI	13	2	86	101	224	45,09
PR	7	3	58	68	399	17,04
RJ	2	6	33	41	92	44,57
RN	8	6	38	52	167	31,14
RO	0	0	17	17	52	32,69
RR	0	0	0	0	15	0,00
RS	5	1	16	22	497	4,43
SC	3	3	46	52	295	17,63
SE	2	1	16	19	75	25,33
SP	16	20	260	296	645	45,89
TO	3	1	7	11	139	7,91
BRASIL	142	80	1.417	1.639	5.568	29,44

Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/08/2023

RDQA de 2021

Duas unidades federativas não encaminharam o 1º, 2º e 3º RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde. O detalhamento por cada *status* e quadrimestre está no gráfico 36.

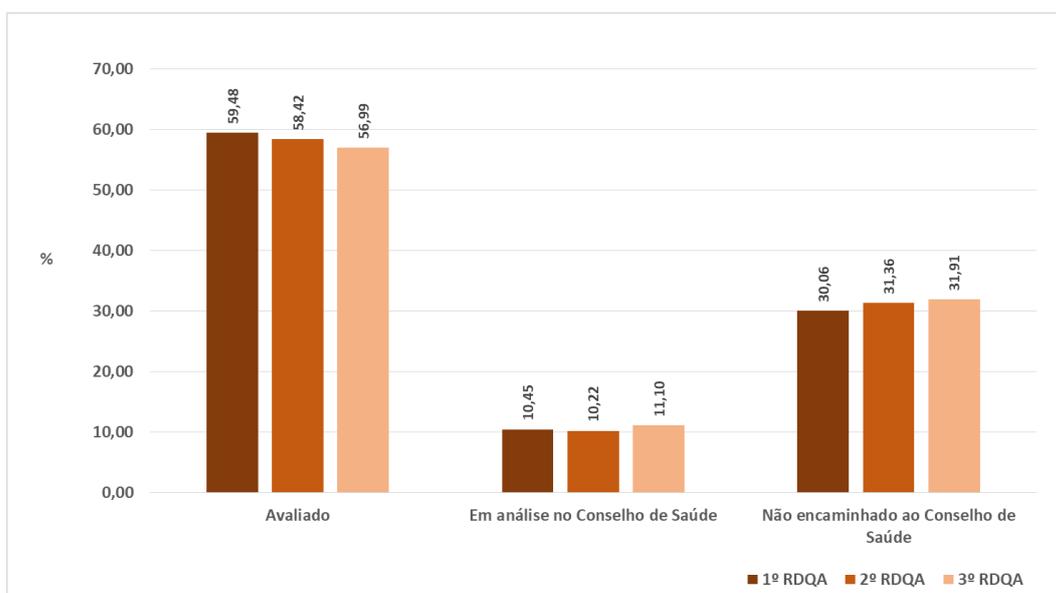
Gráfico 36 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Em análise análoga para os municípios, observou-se que na média dos três RDQA de 2021; 68,89% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 31,11% estão pendentes. O gráfico 37 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

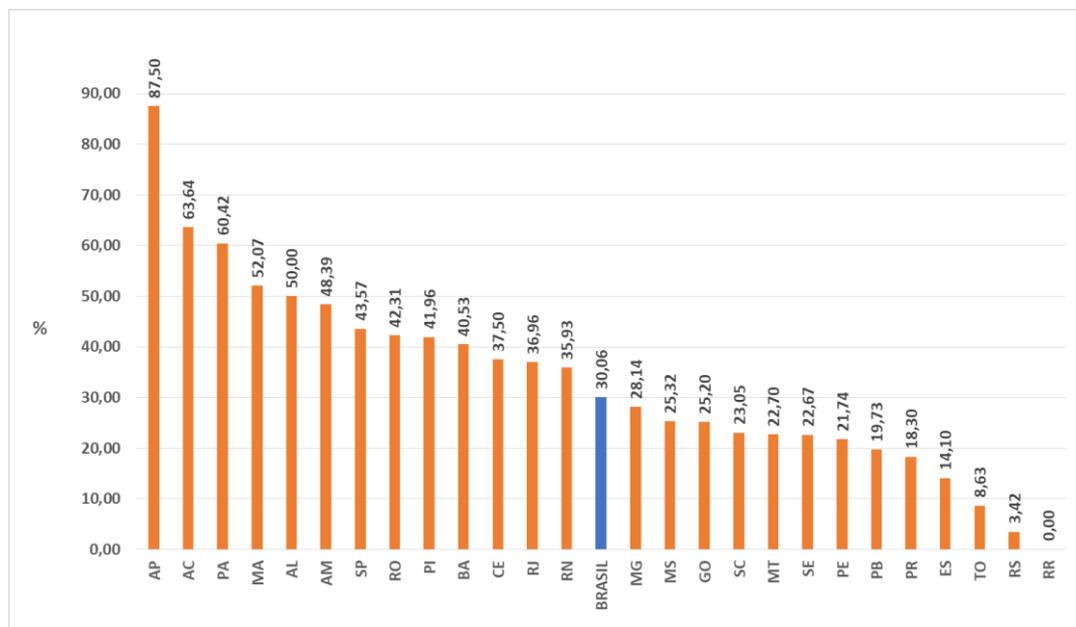
Gráfico 37 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

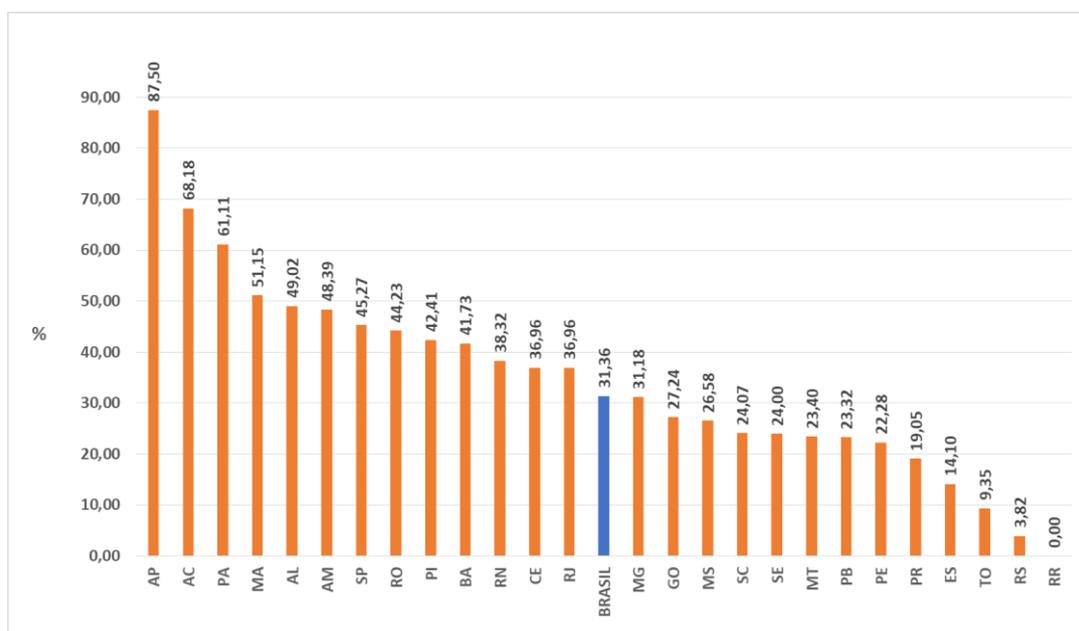
Tomando-se por base somente os municípios que não encaminharam os RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde, identifica-se que a maior proporção de municípios nessa situação está no estado Amapá para para três 1º e 2º RDQA e estado do Acre para o 3º RDQA (gráficos 38, 39 e 40).

Gráfico 38 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2021 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



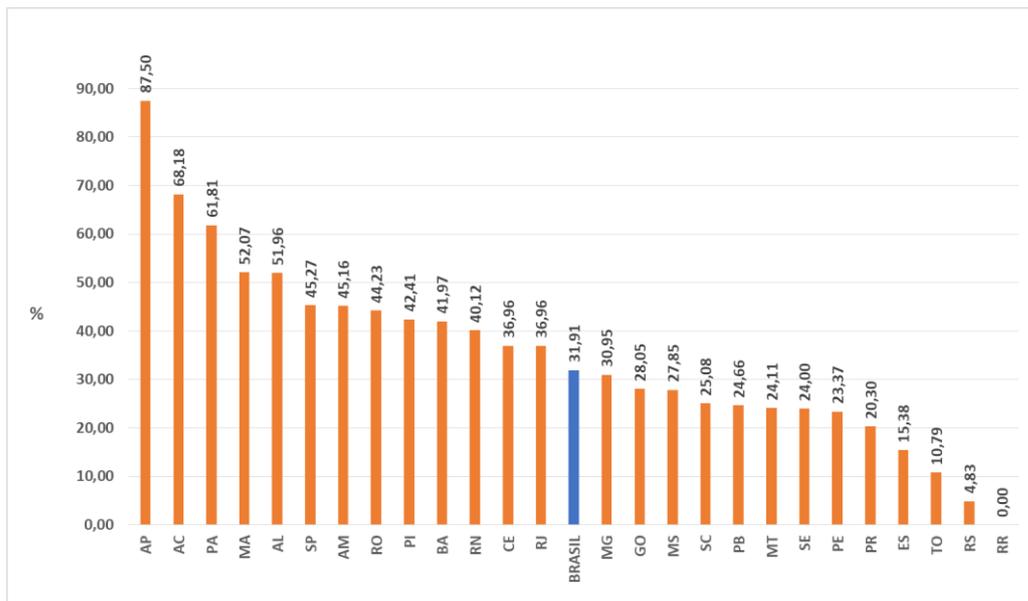
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Gráfico 39 – Proporção de municípios que não encaminharam o 2º RDQA de 2021 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Gráfico 40 – Proporção de municípios que não encaminharam o 3º RDQA de 2021 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Considerando-se o total de municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que esse número somou 1.811 (32,53% de todos os municípios brasileiros), que representa uma decréscimo de 3,77% em relação à apuração realizada em 31/07/2023 (1.882 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.651 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2021 (91,17% de todos municípios pendentes); 84 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2021 (4,64% de todos municípios pendentes) e 76 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2021 (4,20% de todos municípios pendentes). A tabela 6 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 6 – Número de municípios com pendências envio dos RDQA para avaliação no conselho de saúde, segundo estado e por quantidade, 2021

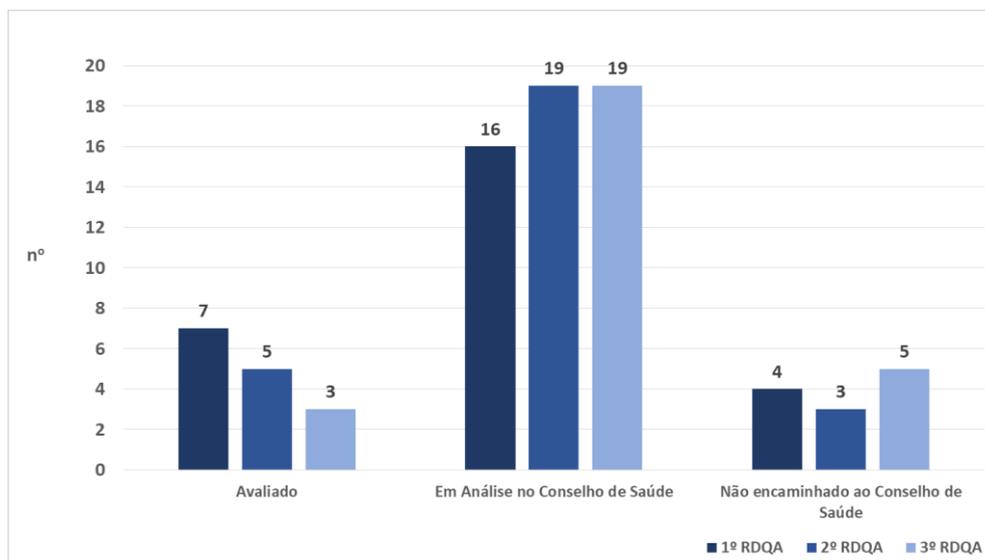
UF	Quantidade de RDQA 2021 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	1	14	15	22	68,18
AL	4	0	50	54	102	52,94
AM	2	1	28	31	62	50,00
AP	0	0	14	14	16	87,50
BA	3	4	169	176	417	42,21
CE	1	0	68	69	184	37,50
ES	1	0	11	12	78	15,38
GO	4	4	62	70	246	28,46
MA	3	2	110	115	217	53,00
MG	8	30	234	272	853	31,89
MS	1	1	20	22	79	27,85
MT	3	0	32	35	141	24,82
PA	1	1	87	89	144	61,81
PB	7	6	44	57	223	25,56
PE	2	1	40	43	184	23,37
PI	0	1	94	95	224	42,41
PR	10	2	72	84	399	21,05
RJ	2	2	32	36	92	39,13
RN	3	4	60	67	167	40,12
RO	1	2	21	24	52	46,15
RR	0	0	0	0	15	0,00
RS	7	4	15	26	497	5,23
SC	4	4	67	75	295	25,42
SE	0	1	17	18	75	24,00
SP	7	12	278	297	645	46,05
TO	2	1	12	15	139	10,79
BRASIL	76	84	1.651	1.811	5.568	32,53

Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/08/2023

RDQA de 2022

Quatro e três unidades federativas ainda não encaminharam, respectivamente, o 1º e 2º RDQA para avaliação no Conselho de Saúde e cinco não o fizeram com relação ao 3º RDQA. O detalhamento por cada *status* e quadrimestre está no gráfico 41.

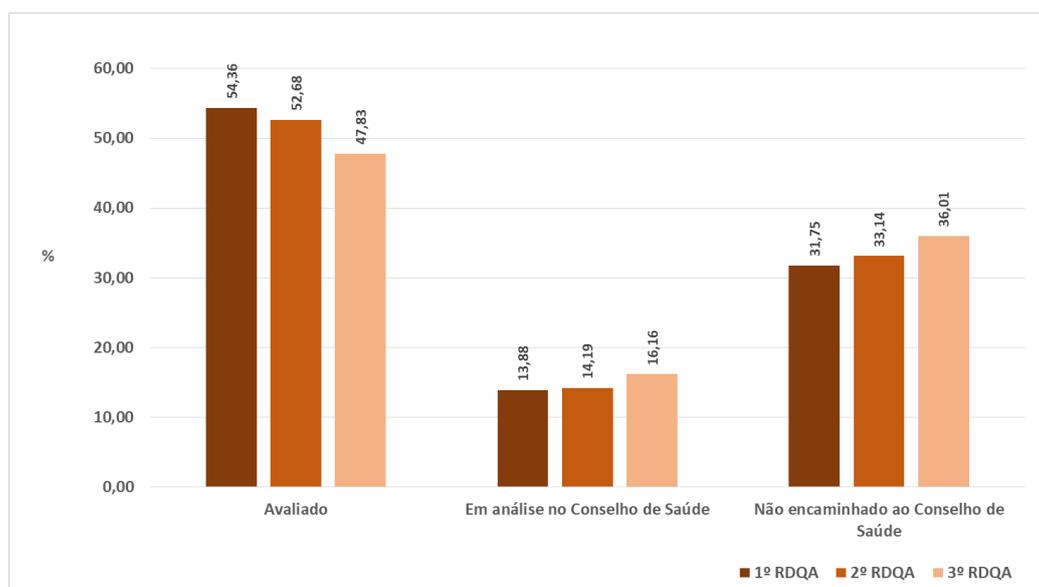
Gráfico 41 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Para os municípios, observou-se que na média dos três RDQA de 2022; 66,37% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 36,63% estão pendentes. O gráfico 42 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

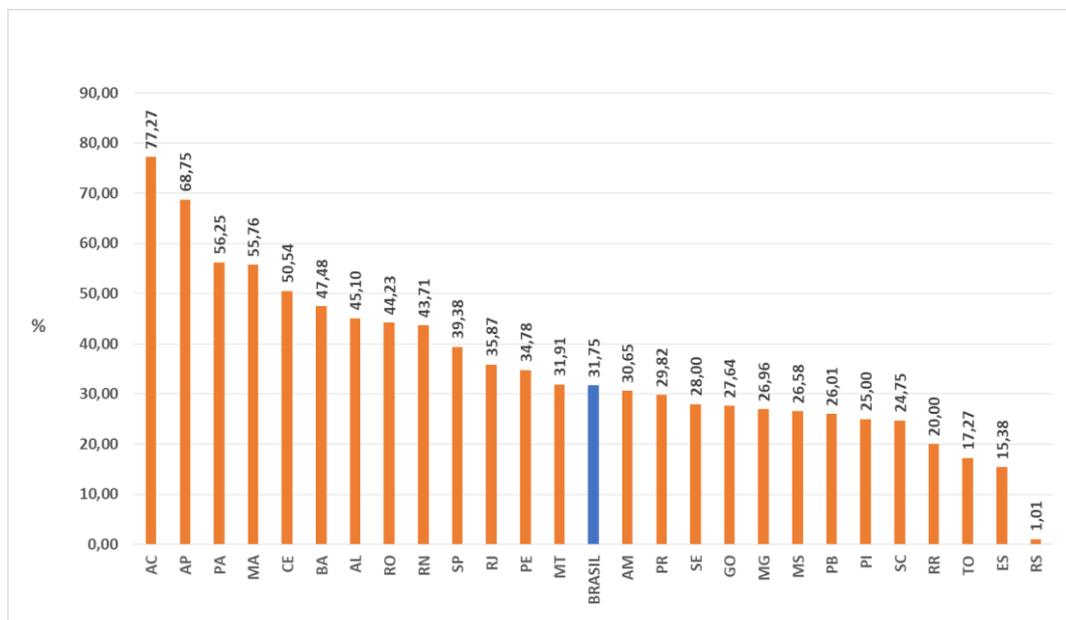
Gráfico 42 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

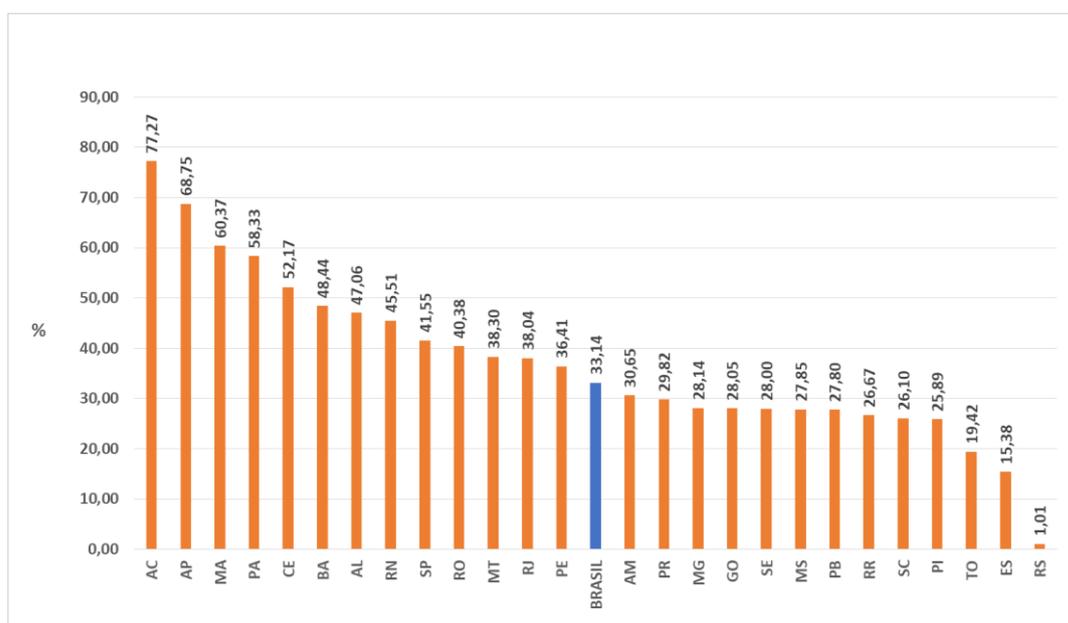
Na análise por cada estado, gráficos 43, 44 e 45, observaram-se no estado do Acre as maiores proporções de municípios que não encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde), nos três quadrimestres de 2022.

Gráfico 43 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2022 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



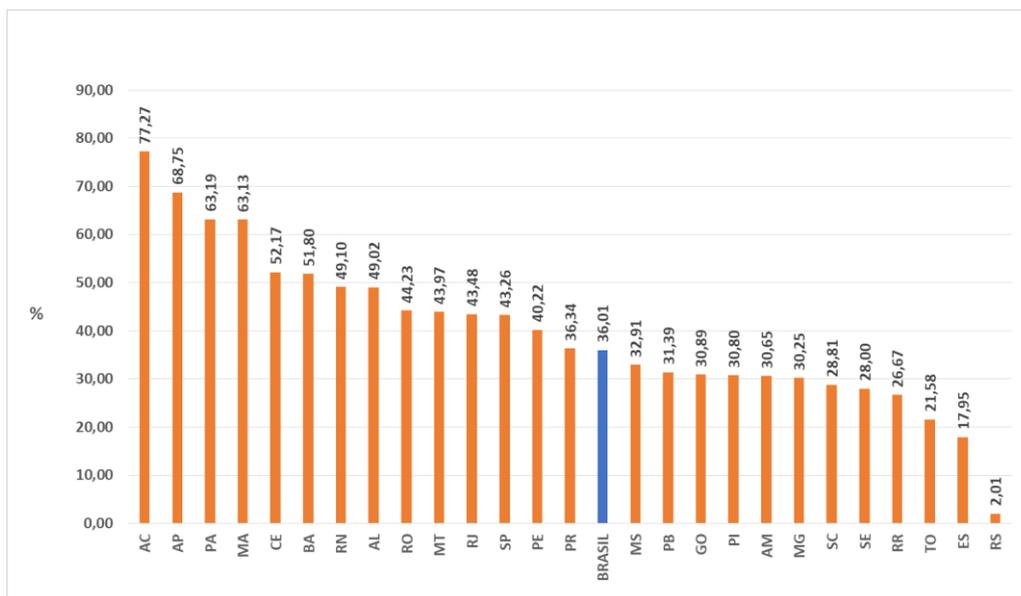
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Gráfico 44 – Proporção de municípios que não encaminharam o 2º RDQA de 2022 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Gráfico 45 – Proporção de municípios que não encaminharam o 3º RDQA de 2022 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

Em relação municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2022 para avaliação Conselho de Saúde, observa-se que esse número somou 2.033 (36,51% de todos os municípios brasileiros), que representa uma decréscimo de 7,25% em relação à apuração realizada em 31/07/2023 (2.192 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.743 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2022 (85,74% de todos municípios pendentes); 99 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2022 (4,87% de todos municípios pendentes) e 191 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2022 (9,39% de todos municípios pendentes). A tabela 7 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 7 – Número de municípios com pendências envio dos RDQA para avaliação no conselho de saúde, segundo estado e por quantidade, 2022

UF	Quantidade de RDQA 2022 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	0	17	17	22	77,27
AL	2	2	46	50	102	49,02
AM	0	0	19	19	62	30,65
AP	0	0	11	11	16	68,75
BA	14	4	198	216	417	51,80
CE	1	4	92	97	184	52,72
ES	2	0	12	14	78	17,95
GO	8	2	67	77	246	31,30
MA	6	10	121	137	217	63,13
MG	31	14	223	268	853	31,42
MS	4	1	21	26	79	32,91
MT	12	7	45	64	141	45,39
PA	6	5	80	91	144	63,19
PB	9	5	57	71	223	31,84
PE	8	4	63	75	184	40,76
PI	12	3	55	70	224	31,25
PR	26	6	115	147	399	36,84
RJ	5	2	33	40	92	43,48
RN	10	1	73	84	167	50,30
RO	4	0	21	25	52	48,08
RR	0	1	3	4	15	26,67
RS	4	2	4	10	497	2,01
SC	9	5	72	86	295	29,15
SE	1	1	20	22	75	29,33
SP	14	17	251	282	645	43,72
TO	3	3	24	30	139	21,58
BRASIL	191	99	1.743	2.033	5.568	36,51

Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/08/2023

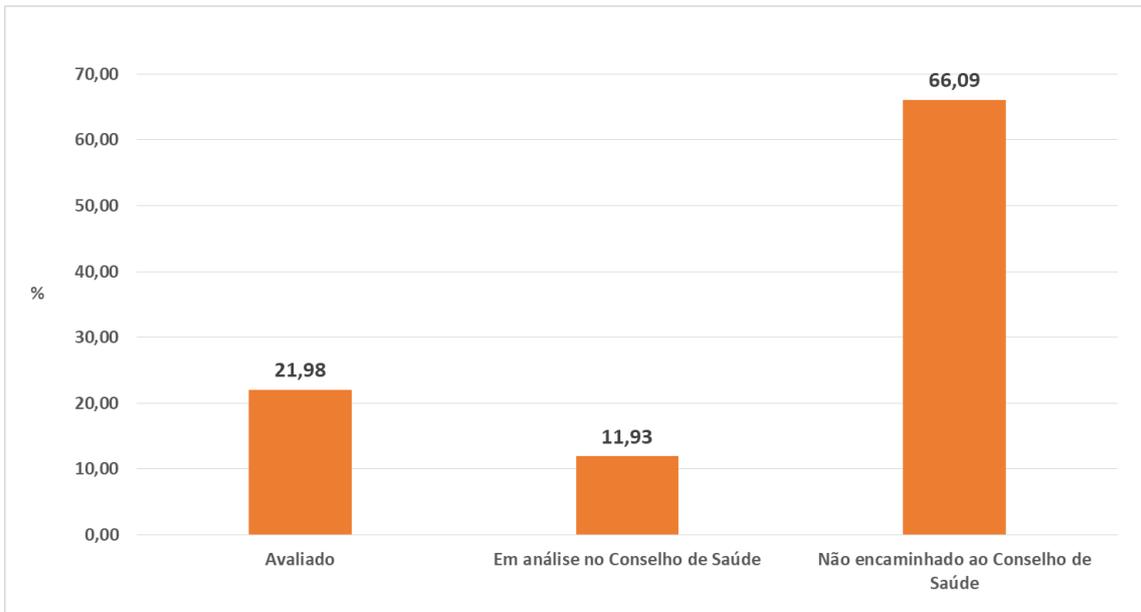
RDQA de 2023

Desde maio, esse boletim passou a apresentar a apuração de entrega do RDQA 2023, especificamente o primeiro quadrimestre, cujo prazo de entrega definido pela legislação é maio do ano em questão.

No tocante às unidades federativas, quatorze encaminharam o 1º RDQA de 2023 para avaliação no Conselho de Saúde e treze estavam pendentes.

Em relação aos municípios, cerca de 66% deles não encaminharam 1º RDQA de 2023 para avaliação no Conselho de Saúde (gráfico 46).

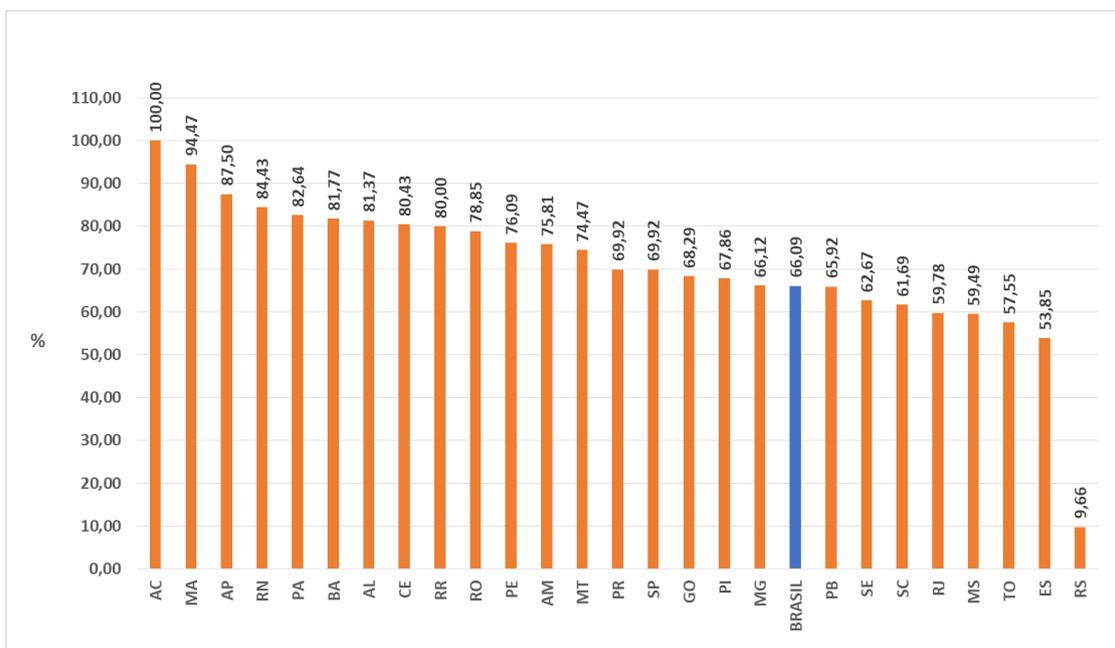
Gráfico 46 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do 1º RDQA (2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

E o gráfico 47 demonstra a proporção de municípios pendentes por unidade federativa.

Gráfico 47 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2023 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/08/2023

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Manual de planejamento no SUS**. 1. ed. rev. Brasília, DF: MS: Fiocruz, 2016. (Série Articulação Interfederativa, v. 4). Disponível em: <https://bit.ly/planejamentosus>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual do usuário**: módulo planejamento – DigiSUS Gestor. Brasília, DF: MS, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/manualdgm>. Acesso em: 9 jul. 2021.

Conte-nos o que pensa sobre esta publicação.

Responda à pesquisa disponível por meio do link:

<https://ncv.microsoft.com/BazoIU6zAn>



DISQUE SAÚDE **136**

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
bvsm.sau.de.gov.br



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

